



Praia
EDITORA

David G. Borges

Davis Alvim

Marcelo Barreira

Paulo Resende

Guilherme Moreira Pires

Vitor Cei

BRASIL EM CRISE

O LEGADO DAS

JORNADAS DE JUNHO

Vitor Cei & David G. Borges (orgs.)

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-69472-00-1



9 788569 472001

Conselho editorial

Praia Editora

Gilberto Medeiros

Flávio Marcelo Pereira

Flávio Borgneth

Tarso Brennand

Vitor Cei Santos

Brasil em crise

© 2015 Os autores

É livre a utilização, duplicação, reprodução e distribuição desta edição, no todo ou em parte, por todo aquele que desejar, bastando citar a fonte.

Diagramação Chauá Studio
Capa Annette Prüfer
Revisão Os autores
Revisão final Os organizadores

Fale com a Praia Editora
email: praiaeditora@gmail.com
twitter: [@praiaeditora](https://twitter.com/praiaeditora)
facebook/[praiaeditora](https://facebook.com/praiaeditora)
www.praiaeditora.blogspot.com.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B823 Brasil em crise [recurso eletrônico] : o legado das jornadas de junho / Vitor Cei e David G. Borges (organizadores) ; autores, David G. Borges ... [et al.]. - Dados eletrônicos. - Vila Velha, ES : RCG Comunicação Total : Praia Ed., 2015.
180 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-69497-00-1

Modo de acesso: <<http://www.praiaeditora.blogspot.com.br>>

1. Ciência política - Filosofia. 2. Movimentos sociais – Brasil - 2013. 3. Manifestações públicas – Brasil – 2013. I. Santos, Vitor Cei, 1983-. II. Borges, David Gonçalves, 1984-.

CDU: 316.42

Brasil em Crise

o legado das jornadas de junho

1ª edição

Vitor Cei e David G. Borges

organizadores

Autores

David G. Borges, Davis Alvim, Guilherme
Moreira Pires, Marcelo Martins Barreira,
Paulo Edgar da Rocha Resende e Vitor Cei.

RCG



2015

AGRADECEMOS

Aos coorganizadores das duas edições do Seminário de Pesquisa Social: Brasil em crise: Adolfo Oleare e Marcelo Martins Barreira.

Aos palestrantes e debatedores: Adilson Vilaça, Attila Piovesan, Davis Alvim, Fabio Malini, Guilherme Moreira Pires, Humberto Ribeiro Junior, Jorge Luiz do Nascimento, Luis Eustáquio Soares, Mauricio Abdalla, Otávio Tavares, Paulo Resende, Rafael Claudio Simões, Rodrigo Cerqueira, Sérgio da Fonseca Amaral, Thana Souza, Thiago Fabres de Carvalho, Tom Gil e Vinicius Lorde.

Aos nossos colaboradores: Aline Gomes Garcia, Ana Paula Brasil, André Lyrio Julião, Annette Prüfer, Caroline Bravim Uliana, Daniel Felipe Cardoso, Felipe de Aquino, Flávio Soeiro, Gabrielle Cruz, Iuri Galindo, Izabela Bravin, João Pandolfi, Mídia Ninja, Moqueca Mídia, Paulo Ricardo Fraga Fonseca, Silvia Ackermann, Whelligton Reis e pessoal do IFES Linhares.

Às instituições que promoveram os eventos: Universidade Federal do Espírito Santo (Departamento de Filosofia e Centro de Ciências Humanas e Naturais), Instituto Federal do Espírito Santo (campus Linhares) e Faculdade Pitágoras (campus Linhares).

E, finalmente, ao nosso editor: Gilberto Medeiros.

SUMÁRIO

Prefácio9

David G. Borges e Vitor Cei

Apresentação.....9

Que país é este? Seminário sobre o pós junho de 2013

Felipe de Aquino e Flávio Soeiro

As jornadas de junho de 2013: histórico e análise.....19

David G. Borges

Bibliografia38

Sem medo de ser... Megamanifestante feliz!.....45

Marcelo Martins Barreira

Referências.....61

A palavra do poder que engole o poder das palavras63

Guilherme Moreira Pires

“Destruir, para reconstruir”: a tática black bloc e a pedagogia das vidraças75

Davis Alvim

Referências.....101

**A tática *black bloc* e a liberação anárquica do
dissenso107**

Paulo Edgar da Rocha Resende

Referências135

**Contra-isso-que-está-aí: o niilismo nas jornadas de
junho137**

Vitor Cei

Referências165

APÊNDICE

O “red scare” no Brasil171

David G. Borges

PREFÁCIO

A polissêmica palavra “crise”, do grego *krí-sis*, originária da medicina hipocrática, significa o momento que define o ponto culminante de uma doença e orienta o seu agravamento ou cura. Em sentido mais amplo, refere-se a momento difícil, período de mudança, fase de transição entre um surto de prosperidade e outro de depressão, estado de incerteza, situação de tensão, disputa e conflito. O papel das crises seria, pois, ambivalente, numa tensão entre construção e destruição, novidade e obsolescência.

As duas edições do “Seminário de Pesquisa Social: Brasil em crise”, realizadas entre os dias 03 e 05 de junho de 2014, na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, e nos dias 24 e 25 de junho, no auditório da Faculdade Pitágoras, em Linhares (em coorganização com o Instituto Federal do Espírito Santo), buscou atender a uma demanda por um amplo espaço de debate sobre a crise política que se intensificou no Brasil depois dos protestos de junho de

2013, onde pudemos observar a degradação do espaço público de debate, a violência, o autoritarismo do Estado e o aparecimento de novos atores políticos, como os *black blocs*.

As jornadas de junho de 2013, consideradas um dos maiores movimentos políticos da história do país, apontam para a crise do espaço público, onde se produzem e se enfrentam posições heterogêneas. Em nome de que os brasileiros ocuparam as ruas do Brasil em junho de 2013? Que tipos de mudanças os brasileiros querem? As respostas possíveis são muitas, como o leitor poderá acompanhar nas páginas a seguir, que apresentam uma seleta amostra dos debates.

Embora, por diversos fatores, esta obra só esteja sendo lançada em 2015, optamos por manter inalterados os artigos originais dos autores, conforme proferidos nos ciclos de debates de 2014 – ou, em alguns casos, com alterações mínimas, a pedido dos próprios articulistas dos ensaios. Tal decisão foi tomada para oferecer ao leitor a possibilidade de analisar por conta própria o fenômeno futuramente, a partir de uma visão histórica. É nossa obrigação ressaltar que, após concluídos os

primeiros escritos, deu-se a eleição mais acirrada da história brasileira até o momento presente. Novas manifestações eclodiram no país (algumas, inclusive, defendendo a volta do regime militar), com consequências políticas ainda obscuras.

Novas crises políticas surgiram: no exato momento em que escrevemos este prefácio, por exemplo, o ministro da educação entrega à Presidente da República sua demissão. Tendo em vista a volatilidade do cenário político atual e a imensa dificuldade de analisar o momento presente – intelectivamente, o passado sempre é mais facilmente compreendido –, pedimos desculpas por não poder oferecer aos leitores respostas simples que sejam capazes de exaurir o assunto. Acreditamos, porém, que esta coletânea de escritos seja capaz de lançar alguma luz sobre a crise, a despeito da possibilidade dela evoluir para a cura ou para o agravamento da doença em um futuro próximo.

David G. Borges e Vitor Cei

APRESENTAÇÃO

QUE PAÍS É ESTE? SEMINÁRIO SOBRE O PÓS JUNHO DE 2013¹

Felipe de Aquino e Flávio Soeiro²

Junho de 2013 já ficou marcado na história da nação. Mais de um milhão de brasileiros saíram às ruas de quase 150 cidades com faixas, gritos e vontade de mudança. Mobilidade urbana, sistema eleitoral, distribuição de terra e renda, direitos indígenas, violência policial, corrupção. Estes e ainda mais temas motivaram os cidadãos da sétima maior economia do mundo a protestar.

Um ano após toda esta mobilização, as discussões suscitadas não cessaram. Quem eram aquelas pessoas nas ruas? O que elas queriam?

O “gigante” realmente chegou a acordar? Mani-

¹ Publicado originalmente no jornal laboratório *Universo Ufes*, em 10 de junho de 2014.

² Jornalistas.

festação pode ter vandalismo? Deve ter? O que é vandalismo? O Brasil está em crise?

Para tentar responder a estas e mais outras perguntas, um grupo de professores de diversas instituições de ensino se uniu na promoção do “I Seminário de Pesquisa Social: Brasil em Crise”, que aconteceu entre os dias 03 a 05 de junho, no auditório do IC II, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O seminário multidisciplinar contou com pesquisadores dos campos de Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Educação Física, Filosofia, História, Letras e Relações Internacionais, divididos em cinco mesas de debates.

Na mesa de abertura, o niilismo de alguns manifestantes (discursos contra “tudo que está aí”), o cenário internacional (Primavera Árabe, Occupy) e a multiplicidade de subjetividades que marcaram presença nas ruas (muitas vezes com slogans vagos e despolitizados) foram algumas das perspectivas debatidas. Seriam sintomas de uma noção maior de participação política, como sugerido no debate, e frutos de uma crise de representatividade na República?

A máxima diz que as perguntas é que movem a humanidade. O debate mostrou-se, então, um combustível quase ilimitado: A demonização da classe política torna romântica a visão da sociedade civil sobre si mesma? O discurso midiático-jornalístico pode ser imparcial? Como são pensados os gastos do Ministério das Comunicações? Estes e outros questionamentos incrementaram os debates sobre o papel da mídia nos protestos.

Sem dúvida, foi um bombardeio de questões. Assim como as bombas de dispersão dos manifestantes utilizadas pelas polícias militares, o estoque de perguntas foi ampliado no terceiro e último dia: O que é a tática black bloc? Uma vidraça quebrada pode ensinar o poder da resistência? Resistir consiste na reivindicação de direitos de forma radical? Resistir a quê? Ao poder constituído que governa em virtude do mercado? Há um modelo de gestão onde a cidade se torna um negócio que deve gerar mais e mais lucro? Lucro para quem, afinal? A utopia da Copa no país do futebol revelou-se distópica? Todas essas perguntas foram deixadas pelos

palestrantes durante os três dias de duração do seminário, demonstrando que o novo momento sociopolítico brasileiro ainda deixa muitas dúvidas sobre o que está acontecendo com o país.

O professor David Borges, do Departamento de Filosofia da Ufes, explicou como o seminário tomou forma: “O Vitor Cei, amigo de longa data, que atualmente faz doutorado pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), deu a ideia de um evento no qual pudéssemos discutir as manifestações de 2013 e os rumos da política em 2014. Sentimos a necessidade de realizar esse tipo de debate por, até então, não termos ficado sabendo a respeito de nenhum evento desse tipo em outras universidades brasileiras, especialmente aberto para o público”, disse.

Os temas abordados pelos palestrantes foram: O Brasil em Crise, O papel desempenhado pela mídia na cobertura dos protestos, A estratégia black bloc, A Copa do Mundo, as Olimpíadas e o que representam para o Brasil e Violência e autoritarismo do Estado.

Tais assuntos foram escolhidos “devido à

relevância social, política, histórica e filosófica”, destacou David. “Pensamos em fazer uma análise completa da conjuntura, então era importante debatermos os novos atores que surgiram com as manifestações (como os black blocs), o papel da mídia, a forma como o estado lidou com as manifestações, os eventos internacionais que estão para acontecer e também fazer uma análise geral da conjuntura”, concluiu.

As palestras e diálogos contaram com boa participação do público que ocupou as cadeiras do auditório, principalmente nas mesas que ocorreram a partir das 19h. Apresentações e perguntas sobre múltiplos aspectos estruturantes da sociedade brasileira, do momento político da nação e dos protestos, suas causas e efeitos, marcaram todos os debates.

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013: HISTÓRICO E ANÁLISE

David G. Borges³

Contexto/Introdução

Muito do que será dito neste ensaio deriva da experiência direta e da observação pessoal. O autor esteve presente em diversos protestos ao longo dos meses de junho e julho de 2013, tendo, inclusive, passado onze dias na ocupação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Serão tecidas considerações a respeito do que foi visto e vivenciado, abordando as condições que levaram o Brasil à onda de protestos do ano passado e o que eles possivelmente significam para o momento presente. O que será dito nestas linhas obviamente tem muita relação com as experiências e visões pessoais do autor; no entanto, haverá a tentativa de universalizar a análise de forma a lhe dar relevância filosófica.

As referências citadas muitas vezes são de veículos de imprensa; isso se deve às poucas publicações acadêmicas a respeito dos assuntos abordados aqui que, embora tenham atraído a atenção de muitos intelectuais à época,

³ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo e, à época do seminário que deu origem a este livro, docente na mesma instituição. Atualmente é professor da Universidade Federal do Piauí.

não foram amplamente registrados em periódicos especializados e livros. Ressalte-se, no entanto, que as citações aos veículos de imprensa foram feitas com o intuito de montar o mosaico histórico do que ocorreu nas manifestações de 2013, e o autor não necessariamente concorda com as ponderações e posições políticas dos jornalistas citados.

Histórico e relato das manifestações de 2013

No dia 02 de junho de 2013, quinta-feira, a prefeitura de São Paulo anunciou que as passagens de ônibus aumentariam de três reais para três reais e vinte centavos⁴. Insatisfeitos com o aumento, alguns cidadãos, muitos dos quais associados a movimentos populares, foram às ruas em protesto⁵. Como de costume, as manifestações foram reprimidas pela polícia⁶. Isso provocou uma escalada na tensão: o número de manifestantes aumentou, passando a incluir aqueles que nunca estiveram associados a nenhum movimento político organizado⁷. Au-

4 Tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo sobem para R\$ 3,20 a partir de hoje. *R7 notícias*. São Paulo, 02 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/tarifas-de-onibus-metro-e-trens-em-sao-paulo-sobem-para-r-320-a-partir-de-hoje-02062013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

5 SP: protesto contra aumento de passagens causa nova confusão. *Jornal nacional*. Rio de Janeiro, 7 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/sp-protesto-contr-aumento-de-passagens-causa-nova-confusao.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

6 Ao menos 105 civis e 12 PMs ficam feridos em protesto contra aumento das passagens. *R7 notícias*. São Paulo, 02 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/ao-menos-105-civis-e-12-pms-ficam-feridos-em-protesto-contr-aumento-das-passagens-14062013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

7 Em resposta à violência, manifestantes preparam maior protesto em São Paulo. *O dia*. Rio de Janeiro, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2013-06-17/em-resposta-a-violencia-manifestantes>>.

mentou também a truculência policial, bem como os atos de depredação⁸. No dia 11 de junho de 2013, entre 10 e 15 mil paulistanos tomaram algumas das principais vias públicas da cidade, protestando novamente contra o aumento das passagens⁹. O movimento ganhou dimensão e ares de revolta civil, incluindo a queima de alguns ônibus – mas, apesar da crescente adesão popular e do grande número de questões políticas, sociológicas e filosóficas que o movimento começava a trazer à tona, tudo o que a mídia e uma parcela substancial da sociedade brasileira fez, sob influência de parte da grande mídia, foi observar de longe e chamar os manifestantes de “vândalos” ou “baderneiros”¹⁰.

Porém, não foi a primeira vez que algo similar a isso aconteceu. Dois movimentos semelhantes já haviam ocorrido em Florianópolis, tendo sido batizados de “revoltas da catraca” – a primeira em 2004 e a segunda em 2005¹¹. No Espírito Santo, manifestações parecidas

[-preparam-maior-protesto-em-sao-paulo.html](#)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

8 Polícia Militar utiliza violência para reprimir protesto em São Paulo. *Bom dia Brasil*. Rio de Janeiro, 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/policia-militar-utiliza-violencia-para-reprimir-protesto-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

9 Público em manifestação chega a 12 mil, diz polícia. *R7 notícias*. São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/publico-em-manifestacao-chega-a-12-mil-diz-policia-12062013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

10 Vandalismo ameaça São Paulo novamente nesta 5ª. *Veja*. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/protesto-sem-controle-vandalismo-ameaca-sao-paulo-novamente-nesta-5a>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

11 Movimento conquista a suspensão do aumento das tarifas. *Centro de mídia independente*. Florianópolis, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/320819.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2015. Ver também: Passe Livre celebra 9 anos da Revolta da Catra-

ocorriam com certa regularidade também desde 2005¹². Em outros estados movimentos desse tipo igualmente já existiam, mas em caráter pontual e sem uma regularidade cronológica digna de nota.

O papel da mídia

Apesar da manifestação em São Paulo não ter sido a primeira revolta popular contra o aumento de preço no valor do transporte público, ela se tornou a mais relevante por ter ocorrido na cidade mais populosa e mais importante do hemisfério sul. Houve repercussão internacional¹³. Protestos simultâneos de professores, investigadores da polícia, sem-teto e servidores da saúde, algumas vezes em outros estados, engrossaram o caldo e trouxeram às manifestações novas questões políticas e sociais a serem debatidas¹⁴. No entanto, apesar da heterogeneidade de gru-

ca nesta sexta-feira. *GGN*. 22 out. 2013. Disponível em: <<http://jornalgg.com.br/noticia/passe-livre-celebra-9-anos-da-revolta-da-catraca-nesta-sexta-feira>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

12 O primeiro caso aparentemente ocorreu em julho de 2005, com protestos similares repetindo-se anualmente, sempre que um novo reajuste é anunciado. Sobre a primeira ocorrência desse tipo de manifestação, ver: Estudantes invadem sede do governo do ES. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 jul 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2207200525.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

13 Protesto contra aumento de passagem em SP ganha repercussão internacional. *R7 notícias*. São Paulo, 02 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/protesto-contr-aumento-de-passagem-em-sp-ganha-repercussao-internacional-12062013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

14 Policiais civis de São Paulo ameaçam entrar em greve por aumento salarial. *Rede Brasil atual*. São Paulo, 23 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/05/policia-civil-de-sao-paulo->

pos envolvidos nas manifestações, a mídia nacional continuava a criminalizar os protestos, afirmando que os protestos eram causados por segmentos da “classe média” e que os confrontos com a polícia eram causados por “baderneiros”, “esquerdistas” e “vândalos” que estavam “infiltrados” nas manifestações¹⁵.

O cenário internacional foi influente nos acontecimentos que se sucederam. Nossos veículos de comunicação já haviam noticiado, com enorme furor, a chamada “Primavera Árabe”, uma onda revolucionária que tomou diversos países do Oriente Médio e do

ameaca-entrar-em-greve-3461.html>. Acesso em: 15 jan. 2015. Ver também: Professores da rede estadual anunciam greve e fazem manifestação. *R7 notícias*. São Paulo, 04 jul. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/professores-da-rede-estadual-anunciam-greve-e-fazem-manifestacao-04072013>>. Acesso em: 15 jan. 2015. Adicionalmente, ver: Além de tarifa zero, protestos de sem-teto pedem controle sobre aluguéis. *Rede Brasil atual*. São Paulo, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/sem-teto-sao-recebidos-pela-subprefeitura-do-mboi-mirim-2905.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015. Por fim, ver: São Paulo tem ‘maratona’ de protestos nesta terça-feira. Último segundo. São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-11/sao-paulo-tem-maratona-de-protestos-nesta-terca-feira.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

15 Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. *Jornal da globo*. Rio de Janeiro, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-ombus/2631566/>>. Acesso em: 15 jan. 2015. Ver também: Secretário de Segurança do Rio quer ‘vândalos infiltrados’ presos. Último segundo. São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2013-06-21/secretario-de-seguranca-do-rio-quer-vandalos-infiltrados-presos.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015. Adicionalmente, ver: Protestos pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. *G1 Brasil*. Rio de Janeiro, 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015. Por fim, ver: Vândalos de SP, RJ e RS podem estar infiltrados nas manifestações em BH, diz polícia. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/23/interna_gerais,411467/vandalos-de-sp-rj-e-rs-podem-estar-infiltrados-nas-manifestacoes-em-bh-diz-policia.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2015.

norte da África entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011¹⁶. Em setembro de 2011, surge nos Estados Unidos o movimento “Occupy”, no qual manifestantes passaram a ocupar espaços públicos em protesto contra o sistema financeiro e as desigualdades sociais. O movimento “Occupy” se espalhou para 951 cidades em 82 países, além de outras 600 comunidades dentro de seu país de origem, e as últimas ocupações foram dispersadas pelas autoridades em fevereiro de 2012¹⁷.

Aspectos psicológicos da participação popular

As informações que nos chegaram sobre estes fenômenos estrangeiros ajudaram a fomentar o surgimento de uma espécie de “espírito revolucionário” na população brasileira. Deve ser levado em consideração que a geração que atualmente tem 35 anos ou menos não teve grandes causas pelas quais lutar – seja a favor, ou contra. Estes indivíduos não eram

16 Sobre a cronologia e as causas da assim chamada “Primavera Árabe”, ver o artigo de JOFFE, George. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. *Relações internacionais*, Lisboa, n. 30, 2011. Ressalte-se que as ponderações e expectativas do autor citado não necessariamente correspondem às nossas.

17 Sobre a cronologia e as causas do movimento “Occupy”, ver o artigo de LUBIN, Judy. The ‘Occupy’ Movement: Emerging Protest Forms and Contested Urban Spaces. *Berkeley Planning Journal*, Berkeley, n. 25(1), 2012. Ressalte-se, novamente, que as ponderações e expectativas do autor citado não necessariamente correspondem às nossas.

sequer nascidos na época do modernismo ou do tenentismo. Não viveram a Segunda Guerra Mundial. Não presenciaram o golpe militar ou lutaram contra a ditadura. Não fizeram parte dos movimentos de contracultura das décadas de 60 e 70. Não estavam nas “Diretas Já”. Eram demasiadamente jovens quando ocorreu o “Fora, Collor!”. Não tiveram grandes heróis, nem vilões; não presenciaram glórias e nem fracassos. Quando os protestos de junho começaram a ganhar visibilidade, possivelmente viram neste fenômeno a oportunidade de deixar sua marca na história; de abandonarem o papel de meros espectadores, passivos, e tornarem-se sujeitos atuantes. Uma oportunidade de dizer, futuramente, aos seus netos: “Eu fiz parte de algo. Eu fui importante. Eu estava lá. Eu vi e vivi”.

De junho a novembro de 2013, o Brasil teve manifestações e protestos populares todos os dias, em diferentes cidades – em algumas vezes, de forma simultânea.

Análise das manifestações

Cícero, o grande pensador e político romano, afirmou em uma de suas obras, “Da República”, que ao conceder

alguns direitos ao povo, longe de saciar sua sede de liberdade, acabamos por acendê-la¹⁸. Quando estive no Brasil, o filósofo esloveno Slavoj Žižek proferiu algo semelhante:

As revoluções não acontecem quando as coisas estão em seu pior momento. Não, elas acontecem quando as coisas estão se abrindo um pouco, e esta abertura gradual leva a expectativas que não são satisfeitas¹⁹.

Nos últimos 30 anos, os brasileiros efetivamente melhoraram de vida: ganharam o direito ao voto direto, a inflação galopante foi controlada e a desigualdade social diminuiu, em especial nos três últimos governos – embora a situação ainda esteja longe do que normalmente é considerado aceitável. Žižek também destaca que todos os momentos de grande comoção social – “revoluções” – possuem um período que ele chama de “orgásmico”, com a participação de inúmeros atores diferentes sem articulação entre

18 CÍCERO. *Da República*. Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Escala, s/d.

19 ŽIŽEK, Slavoj. Roda viva Slavoj Žižek. *TV Cultura*, São Paulo, 08 jul. 2013. Entrevista concedida ao programa “Roda Viva”. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/slavoj-zizek>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

si, muitos dos quais não possuem histórico de militância e nem pautas políticas bem definidas, e a esse momento inicial sucede-se a “verdadeira luta”, feita pelos que não arrefeceram após o período inicial e aprenderam a se articular politicamente²⁰. Se houver um legado positivo nas manifestações pelas quais o Brasil passou em 2013, será provavelmente esse: o de aproximar movimentos sociais e políticos que anteriormente atuavam de forma isolada. No entanto, é incerto se isso de fato ocorrerá.

É de opinião do autor que esse conjunto de fatores – as revoltas populares internacionais, um histórico progresso de manifestações de menor impacto, a melhoria geral nas condições de vida do brasileiro e a ausência de causas com grande poder de mobilização nos últimos 30 anos – é fundamental para compreender como os protestos se espalharam pelo país e como foram gradualmente caindo em declínio, deixando um legado obscuro, mas que pode ainda se mostrar fecundo.

Ao que parece, a adesão em massa da po-

20 Idem.

pulação aos protestos de junho se deu, em grande parte, devido a uma imensa ingenuidade política. Muitos, se não a esmagadora maioria dos que foram às ruas, compartilhavam da crença de que o Brasil se tornaria algo substancialmente diferente após as manifestações, e devido às manifestações. Em parte, esse clima otimista foi gerado pela nossa visão dos eventos que ocorreram em outros países, em especial na chamada “Primavera Árabe”. Ressalte-se que tal visão é necessariamente distorcida, visto que enquanto cidadãos brasileiros a maior parte do público esteve, necessariamente, distante dos eventos citados e só teve acesso a informações incompletas e carregadas do viés daqueles que as relatavam. Houve quem qualificasse o estado de comoção social em que nos encontrávamos de “primavera brasileira”²¹.

Mas o bombardeio midiático de informações a respeito dos países árabes não parece ter sido

o único fator determinante para o surgimento de

21 Aqui, faz-se necessária uma *mea culpa*: o próprio autor incorreu neste erro, tendo produzido, para um portal de internet, um ensaio no qual falava sobre como a população brasileira poderia transformar a mais recente “revolta da catraca” em uma possível “primavera brasileira”. Tal ensaio gerou uma pequena repercussão, tendo sido assunto de uma entrevista no rádio – o que reforça o argumento da ingenuidade política que contaminou todos, mesmo os mais experientes (como acadêmicos, jornalistas e comentaristas de política).

tamanha ingenuidade otimista em meio à população. Há uma sensível falta de formação política na população brasileira, seja na educação formal, seja na educação informal, devido a fatores históricos²². Tal fato pode auxiliar a explicar os fenômenos observados.

Durante as manifestações foi observado, por exemplo, o surgimento de slogans vagos e despolitizados. Muitas pessoas “protestaram” – as aspas são propositais – “contra a corrupção”. Isso não é uma reivindicação política, pois não possui conteúdo de fato. Como nenhuma exigência precisa é feita – tais como solicitar o endurecimento da lei X, o julgamento do político Y ou a reformulação da norma Z – não pode ser analisada, negociada e nem atendida. É destituída de significado, pois não sugere nenhuma mudança real nas regras do jogo político. Portanto, é um slogan despolitizado – todos são contra a corrupção, contra a pedofilia e a favor da paz, e

22 Durante a Era Vargas a disciplina de sociologia deixou de ser obrigatória nos cursos secundários. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 reinstalou o ensino de sociologia, como disciplina optativa. Na década de 1970, durante o regime militar, reformas nos currículos substituíram as disciplinas de sociologia e filosofia pela disciplina de “Organização Social e Política Brasileira”, frequentemente usada como doutrinação pró-regime. Em virtude da censura de livros e meios de comunicação, bem como da repressão estatal aos críticos do regime militar, criou-se popularmente a noção de que “política não se discute”, prejudicando a formação política dos cidadãos brasileiros até mesmo na educação informal e familiar.

segurar um cartaz ou vestir uma camiseta dizendo somente isso não altera em nada o estado de coisas em nossa sociedade, pois não reivindica nem sugere nenhuma alteração real na forma como essa sociedade funciona. Reivindicações políticas de fato possuem nome, endereço, manual de instruções e prazo de entrega. Não são feitas com slogans. Slogans não propõem nada novo, não requerem nada, não exigem nada, não pode ser negociados, não podem ser atendidos.

Também ocorreu a adesão apressada a causas políticas de procedência duvidosa. Milhares clamaram pelo uso dos “5 itens” do grupo Anonymous como pauta de reivindicações²³. Em nenhum momento se questionaram: quem são os Anonymous? Como surgiram? De onde vieram? Quais seus objetivos? Quem lhes concedeu a legitimidade para falar em nome da população brasileira? O que eles ganhariam caso suas reivindicações fossem atendidas? Lucrariam de algum modo, ainda que não em valores financeiros?

23 Grupo 'Anonymous Brasil' divulga vídeo defendendo cinco causas para manifestações. *O tempo*. Belo Horizonte, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/brasil/grupo-anonymous-brasil-divulga-v%C3%ADdeo-defendendo-cinco-causas-para-manifesta%C3%A7%C3%B5es-1.666650>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

O indivíduo que aparece no vídeo de fato é um membro daquele grupo? Algumas das “causas” levantadas por eles foram obviamente redigidas às pressas ou com fins pouco louváveis – o fim do foro privilegiado, por exemplo, poderia vir a beneficiar a classe política, e não o contrário; o foro privilegiado limita as possibilidades de apelação, fazendo com que políticos condenados não possam recorrer do julgamento da mesma forma que fariam caso ele não existisse. Muitas pessoas se posicionaram contra a Proposta de Emenda Constitucional 37/2011²⁴ sem sequer saberem do que de fato se tratava e sem analisarem cuidadosamente se poderia ser benéfico ou prejudicial, enquanto outras alterações potencialmente muito perigosas – como a Proposta de Emenda Constitucional 215/2000²⁵, que trata de demarcação de terras indígenas – passaram em branco durante os protestos. A adesão entusiás-

24 BRASIL. Câmara dos deputados. *Proposta de emenda à constituição nº 37 de 8 de junho de 2011*. Acrescenta o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

25 BRASIL. Câmara dos deputados. *Proposta de emenda à constituição nº 215 de 28 de março de 2000*. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

tica, como se fosse a última palavra em ciência política, a um punhado artificial de causas propagadas num vídeo de internet feito por desconhecidos demonstrou o quanto a população brasileira carece de formação política sólida e continuada que permita a interpretação dos fenômenos sociais do presente. Essa carência de capacidade interpretativa aliada a um ufanismo vago foi o que levou parte dos manifestantes a exigirem coisas estapafúrdias.

Houve, é claro, tentativa de cooptação dos movimentos por uma parcela conservadora da população e por políticos oportunistas, como alguns vereadores, deputados, senadores, prefeitos e ex-prefeitos, e assim sucessivamente. Alguns grupos chegaram a pedir o impeachment da presidente da república ou a volta da ditadura²⁶. Felizmente estes segmentos não encontraram a força necessária para impor suas agendas, embora tenham ganhado força, tornando-se atores políticos relevantes. Tais grupos continuam tentando ampliar sua esfera de importância – como

26 SP: marcha 'em defesa da liberdade' pede volta dos militares ao poder. *Terra*. Porto Alegre, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

podemos ver na recente reedição, felizmente fracassada, da “marcha da família”²⁷, bem como nas páginas de internet que atualmente defendem totalitarismos e se opõem à noção de direitos humanos – estas, sim, bem mais raivosas e bem-sucedidas. Foi precisamente o ganho de força política deste setor da população que resultou no pleito presidencial acirrado do final de 2014.

De modo geral, as mesmas redes sociais que engrossaram as fileiras dos protestos e permitiram que entrassem em evidência novos atores – como os anarquistas, os black blocs, os reacionários e vários outros – também contribuíram para a imbecilização e despolitização dos movimentos. Mas as redes sociais talvez não tenham sido a causa, e sim apenas um catalisador. As manifestações de junho foram o retrato exato do que é a sociedade brasileira em pleno século XXI: uma massa de corpos sem identidade comum. Ao lado de uma pessoa segurando um cartaz exigindo a legalização do aborto estava um

27 Marcha da Família reúne número ínfimo de simpatizantes. *Veja*. São Paulo, 23 mar. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/marcha-da-familia-reune-numero-infimo-de-adeptos>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

auto-intitulado black bloc, e junto ao black bloc estava alguém com uma camiseta branca afirmando que todo protesto precisa ser pacífico, e próximo deste último estava alguém tirando uma *selfie* para postar nas redes sociais. É impossível não lembrar de “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, e de como o autor descreve nossa visão social – associada a pequenos grupos familiares ou semi-familiares, sem visão de conjunto; um “apego quase que exclusivo aos valores da personalidade”; uma confusão e miscigenação extrema entre público e privado²⁸.

Precariado e autoritarismo

O professor Giovanni Alves, livre-docente da Universidade Estadual Paulista, recentemente proferiu uma palestra na Universidade Federal do Espírito Santo²⁹, na qual o termo “precariado” chamou a atenção do público. Segundo ele, “precariado” é a camada média do proletariado urbano, constituída basicamente por adultos jovens com alto grau de escolarização e precariamente inse-

28 HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

29 O evento ocorreu em 29 de abril de 2014.

ridos nas relações de trabalho e vida social³⁰. Um “proletariado precarizado”, com altas expectativas – devido à sua alta escolarização e à juventude – mas pouca concretização dessas expectativas: empregos de baixos salários (em relação à formação que possuem), pouco acesso à cultura e ao lazer, e assim sucessivamente. Aproveitando-nos do vocabulário do prof. Alves, é possível afirmar que as “jornadas de junho de 2013” foram uma revolta do precariado. Era patente que boa parte dos que estavam nas ruas se encaixavam nessa definição utilizada pelo acadêmico, fossem militantes experientes acostumados a enfrentar a polícia ou recém-chegados que não tinham plena certeza do que estavam defendendo.

É preciso ressaltar que as manifestações foram, de certa maneira, bem-sucedidas – mas esse sucesso deve ser visto com cautela. A auditoria em relação à cobrança do pedágio na Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça³¹,

³⁰ ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo*. Bauru: Canal 6, 2014.

³¹ Conhecida como “terceira ponte”, a referida via liga o município de Vila Velha, o mais antigo do estado do Espírito Santo, à capital, Vitória, que é uma ilha. O pedágio, que é cobrado desde 1998, foi alvo de constantes protestos da população capixaba a partir de 2005, e o exemplo torna-se relevante devido à palestra que deu origem a este artigo ter sido proferida no estado em questão, em duas ocasiões distintas – a primeira em Vitória e a segunda no município de Linhares. A mencionada auditoria, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, encontrou irregularidades no valor de 798

por exemplo, apenas foi instaurada pois era inevitável em virtude do clima de instabilidade política da época, e o governador somente suspendeu a cobrança do pedágio – temporariamente – pois não tinha outra saída em pleno ano eleitoral³². Medidas emergenciais tomadas em âmbito nacional para apaziguar a população, como a destinação de 75% dos royalties para a educação e 25% para a saúde³³, possivelmente se mostrarão deletérias em futuro próximo – visto que, nesse caso, exatos 0% dos royalties serão destinados à mitigação de impactos ambientais, que fatalmente ocorrerão devido à própria natureza da atividade de exploração petrolífera.

Algo que chamou bastante a atenção nos protestos de 2013 foi a rejeição, dos “novos politizados” – aqueles que pela primeira vez se manifesta-

milhões de reais, resultando em suspensão temporária da cobrança – o que pode ter afetado a tentativa de reeleição do governador do estado à época, Renato Casagrande. O pedágio voltou a ser cobrado em 29/12/2014. Na data em que este artigo foi finalizado, 15/01/2015, ainda não havia definição para o clima de incertezas em torno do contrato de concessão. Uma das principais acusações dos manifestantes de 2013 era a de que a empresa responsável pela concessão viciava o processo de representatividade política ao financiar as campanhas de diversos homens e mulheres públicos de grande renome no estado – acusação que ainda é tema de debates.

32 Casagrande suspende pedágio na Terceira Ponte. *Século diário*. Vitória, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/16498/13/casagrande-suspende-pedagio-na-terceira-ponte-1>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

33 Aprovada destinação de royalties do petróleo para educação e saúde. *Agência Senado*. Brasília, 03 jul. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/07/02/aprovada-destinacao-de-royalties-do-petroleo-para-educacao-e-saude>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

vam politicamente na esfera pública – às bandeiras partidárias e aos membros de partidos que compareciam às manifestações³⁴. Se ainda fosse viva, Hannah Arendt teria visto nisso uma degradação do espaço público de debate, e um arriscado comportamento de massa que poderia levar ao surgimento de um regime totalitário³⁵. Torçamos, portanto, para que tal deterioração seja apenas algo temporário e para que as próprias tensões internas inerentes às sociedades democráticas recomponham as possibilidades de diálogo entre os diversos grupos que formam a sociedade brasileira, evitando uma escalada na tensão e uma irreparável ruína do discurso racional no âmbito político – o que traria, obviamente, as mais nefastas consequências para o país.

34 Entidades agredidas em Natal se unirão contra violência em protesto. *G1 Rio Grande do Norte*. Natal, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/06/entidades-agredidas-em-natal-se-unirao-contraviolencia-em-protesto.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015. Ver também: SP: manifestantes expulsam equipe da Globo e hostilizam partidos. *Terra*. Porto Alegre, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-manifestantes-expulsam-equipe-da-globo-e-hostilizam-partidos,7264e7c0ac35f310VgnVCM20000099ccb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

35 A descrição feita por Hannah Arendt no capítulo intitulado “Uma sociedade sem classes” de *Origens do totalitarismo* é assustadoramente similar à conjuntura política e ao comportamento demonstrado pela multidão nos protestos de 2013. Para maiores informações, ver: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012. O trecho de maior interesse inicia-se na página 438 da edição citada.

Bibliografia consultada e referências

Tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo sobem para R\$ 3,20 a partir de hoje. *R7 notícias*. São Paulo, 02 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/tarifas-de-onibus-metro-e-trens-em-sao-paulo-sobem-para-r-320-a-partir-de-hoje-02062013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SP: protesto contra aumento de passagens causa nova confusão. *Jornal nacional*. Rio de Janeiro, 7 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/sp-proteto-contr-aumento-de-passagens-causa-nova-confusao.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Ao menos 105 civis e 12 PMs ficam feridos em protesto contra aumento das passagens. *R7 notícias*. São Paulo, 02 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/ao-menos-105-civis-e-12-pms-ficam-feridos-em-protesto-contr-aumento-das-passagens-14062013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Em resposta à violência, manifestantes preparam maior protesto em São Paulo. *O dia*. Rio de Janeiro, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2013-06-17/em-respos-ta-a-violencia-manifestantes-preparam-maior-protesto-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Polícia Militar utiliza violência para reprimir protesto em São Paulo. *Bom dia Brasil*. Rio de Janeiro, 14 jun. 2013. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/policia-militar-utiliza-violencia-para-reprimir-protesto-em-sao-paulo.html>>.

Acesso em: 15 jan. 2015.

Público em manifestação chega a 12 mil, diz polícia. *R7 notícias*. São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/publico-em-manifestacao-chega-a-12-mil-diz-policia-12062013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Vandalismo ameaça São Paulo novamente nesta 5ª. *Veja*. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/protesto-sem-controle-vandalismo-ameaca-sao-paulo-novamente-nesta-5a>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Movimento conquista a suspensão do aumento das tarifas. *Centro de mídia independente*. Florianópolis, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/320819.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Passageiro celebra 9 anos da Revolta da Catraca nesta sexta-feira. *GGN*. 22 out. 2013. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/noticia/passe-livre-celebra-9-anos-da-revolta-da-catraca-nesta-sexta-feira>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Estudantes invadem sede do governo do ES. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 jul 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2207200525.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Protesto contra aumento de passagem em SP ganha re-

percussão internacional. *R7 notícias*. São Paulo, 02 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/protesto-contra-aumento-de-passagem-em-sp-ganha-repercussao-internacional-12062013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Policiais civis de São Paulo ameaçam entrar em greve por aumento salarial. *Rede Brasil atual*. São Paulo, 23 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/05/policia-civil-de-sao-paulo-ameaca-entrar-em-greve-3461.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Professores da rede estadual anunciam greve e fazem manifestação. *R7 notícias*. São Paulo, 04 jul. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/professores-da-rede-estadual-anunciam-greve-e-fazem-manifestacao-04072013>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Além de tarifa zero, protestos de sem-teto pedem controle sobre aluguéis. *Rede Brasil atual*. São Paulo, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/sem-teto-sao-recebidos-pela-subprefeitura-do-mboi-mirim-2905.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

São Paulo tem 'maratona' de protestos nesta terça-feira. Último segundo. São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-11/sao-paulo-tem-maratona-de-protestos-nesta-terca-feira.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. *Jornal da globo*. Rio de Janeiro, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Secretário de Segurança do Rio quer 'vândalos infiltrados' presos. Último segundo. São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2013-06-21/secretario-de-seguranca-do-rio-quer-vandalos-infiltrados-presos.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Protestos pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. *G1 Brasil*. Rio de Janeiro, 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Vândalos de SP, RJ e RS podem estar infiltrados nas manifestações em BH, diz polícia. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/23/interna_gerais,411467/vandalos-de-sp-rj-e-rs-podem-estar-infiltrados-nas-manifestacoes-em-bh-diz-policia.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2015.

JOFFE, George. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. *Relações internacionais*, Lisboa, n. 30, 2011.

LUBIN, Judy. The 'Occupy' Movement: Emerging Protest Forms and Contested Urban Spaces. *Berkeley Planning Journal*, Berkeley, n. 25(1), 2012.

CÍCERO. *Da República*. Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Escala, s/d.

ŽIŽEK, Slavoj. Roda viva Slavoj Žižek. *TV Cultura*, São Paulo, 08 jul. 2013. Entrevista concedida ao programa "Roda Viva". Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/slavoj-zizek>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Grupo 'Anonymous Brasil' divulga vídeo defendendo cinco causas para manifestações. *O tempo*. Belo Horizonte, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/brasil/grupo-a-anonymous-brasil-divulga-v%C3%ADdeo-defendendo-cinco-causas-para-manifesta%C3%A7%C3%B5es-1.666650>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL. Câmara dos deputados. *Proposta de emenda à constituição nº 37 de 8 de junho de 2011*. Acrescenta o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL. Câmara dos deputados. *Proposta de emenda à constituição nº 215 de 28 de março de 2000*. Acrescenta o inciso XVIII

ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SP: marcha 'em defesa da liberdade' pede volta dos militares ao poder. *Terra*. Porto Alegre, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Marcha da Família reúne número ínfimo de simpatizantes. *Veja*. São Paulo, 23 mar. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/marcha-da-familia-reune-numero-infimo-de-adeptos>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo*. Bauru: Canal 6, 2014.

Casagrande suspende pedágio na Terceira Ponte. *Século diário*. Vitória, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/16498/13/casagrande-suspende-pedagio-na-terceira-ponte-1>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Aprovada destinação de royalties do petróleo para educação e saúde. *Agência senado*. Brasília, 03 jul. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/07/02/>

[aprovada-destinacao-de-royalties-do-petroleo-para-educacao-e-saude](#)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Entidades agredidas em Natal se unirão contra violência em protesto. *G1 Rio Grande do Norte*. Natal, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/06/entidades-agredidas-em-natal-se-unirao-contra-violencia-em-protesto.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SP: manifestantes expulsam equipe da Globo e hostilizam partidos. *Terra*. Porto Alegre, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-manifestantes-expulsam-equipe-da-globo-e-hostilizam-partidos,7264e7c0ac35f310VgnV-CM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SEM MEDO DE SER... MEGAMANIFESTANTE FELIZ!

Marcelo Martins Barreira³⁶

Participei dos movimentos políticos de massa – especialmente “Diretas Já” (1984) e “Fora Collor” (1992) –, mas foi especial a participação com minha filha, esposa e amigos na megamanifestação ocorrida em Vitória/ES no dia 20 de junho de 2013, em que fomos mais três que somaram às 100 mil pessoas – num universo de 350 mil moradores de Vitória. Assim, minha abordagem versará sobre o “novo” desses eventos e seu valor politicamente positivo.

Contextualizemos brevemente as jornadas de junho de 2013 em nosso país. No bojo das políticas compensatórias do Governo Lula, elas sinalizaram o limite e a possibilidade dessas políticas. Ora, colocar curativo diante de doenças graves tem seu efeito, mas, em longo prazo, oca-

³⁶ Doutor em Filosofia pela Unicamp. Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFES.

siona um agravamento do quadro clínico. Daí a ambiguidade de um governo “em disputa”. Ele incluiu grandes parcelas da sociedade brasileira no processo econômico, mas essa inclusão não se tornou reestruturante dos eixos fundamentais das políticas públicas e da economia em geral.

Muitos e novos sujeitos sociais eclodiram diante da sucessora de Lula. Dilma pautou seu governo numa continuidade infértil e homologatória das conquistas cidadãs que lhe antecederam. O neodesenvolvimentismo não teve porosidade diante de não-empresários: indígenas; negros; LGBT; mulheres; estudantes, ambientalistas... São esses grupos que denunciavam o consenso autoritário e elitista de um suposto “presidencialismo de coalizão”, que se traduz pelo infelizmente famoso “toma lá-dá cá”. Junte-se a isso, a percepção, mais ou menos vaga, da submissão do governo brasileiro à empresa FIFA e à imposição de seu “padrão”, com o superfaturamento na construção das novas arenas para a Copa do Mundo de 2014; a despeito dos investimentos em educação e saúde. O mote dos megaprotestos poderia

ser “quanto melhor, melhor”. Os 20 centavos representam isso: não queremos apenas transportes públicos, mas que não sejam caros, lentos, inseguros e desconfortáveis.

Contudo, a nosso ver, as novas tecnologias de informação e de comunicação foram fatores determinantes para a realização das jornadas de junho de 2013. As tecnologias digitais permitiram afluir e intensificar novas subjetividades, sejam pessoais sejam coletivas. Vemos isso com as redes sociais, pois elas facilitam pessoas e grupos encontrarem outras pessoas e grupos com interesses semelhantes, mesmo que alheios ao *main stream*.

Vattimo faz uma leitura do termo heideggeriano *Ge-Stell*, que é a imposição trazida pela técnica em nossa modernidade tardia, que aponta a sua ambiguidade como oportunidade de superação da metafísica. A técnica não é técnica (VATTIMO, 2002, 36), pois ela permite aflo-
rar uma nova possibilidade de constituição de mundo. A técnica é acontecimento-apropriação (*Ereignis*), realizando e aprofundando a imposição técnica para além dela, como fazer histórico,

a serviço do humano. Na esteira da compreensão heideggeriana de *τέχνη*, a essência da técnica não se esgota no modelo instrumental e moderno de racionalidade. Heidegger não considera a técnica um meio, mas uma forma de desvelamento do real: “Técnica é uma forma de desencobrimento. A técnica vige e vigora no âmbito onde se dá descobrimento e des-encobrimento, onde acontece ἀλήθεια, verdade.” (HEIDEGGER, 2002, 18).

Vattimo articula Heidegger e Benjamin numa compreensão da estética em que a oscilação e o desenraizamento caracterizam o “efeito de choque”:

O *shock-Stoss* é o *Wesen*, a essência, da arte nos dois sentidos que esta expressão tem na terminologia de Heidegger: ou seja, o modo em que se dá a nós, a modernidade avançada, a experiência estética; e é também, aquilo que nos surge como essencial para a arte *tout court*, isto é, o seu acontecer como relação entre fundação e perda de fundamento, na forma da oscilação e do desenraizamento; afinal como exercício da mortalidade (VATTIMO, 1992, 64).

As obras de Benjamin – *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (1994) – e a de Heidegger – *A origem da obra de arte* (1999) – foram publicadas inicialmente em 1936 e questionam a identificação entre realidade estética e valores absolutos. Há um deslocamento e um “efeito de choque” trazido pelo cinema diante da arte tradicional. Ao invés de uma postura especulativa e contemplativa, o cinema e outras mídias exigem uma observação dinâmica de uma obra de arte.

Tendo esse olhar “estético” do fenômeno midiático das redes sociais, o importante não seria a conversão a um bloco de ideias, mas sim a conexão no sentido mais amplo de conviver com a diversidade. Conexão é um termo que condiz tecnicamente com “acontecimento”: algo que se manifesta historicamente, em que pese a erudição histórica dificulte se interpretar o novo desse “acontecimento”. Um acontecimento porque é uma ação política nova. Uma das novidades é sua composição social: redes de amigos, indivíduos “soltos” (um tipo de redundância),

pequenos coletivos, que se multiplicaram antes, durante e depois desse evento; além de movimentos sociais mais institucionalizados e tradicionais. Todos juntos sem carro de som ou palanque sob a tutela de uma agenda única.

Sigo de perto Rodrigo Nunes (2014) ao ressoar sua entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos. Os “sistemas-rede” que eclodiram nas megamanifestações trouxeram um novo tipo de liderança a ser amadurecida. Uma liderança contextualizada e, por isso, mais dinâmica. O Movimento pelo Passe Livre, por exemplo, não se pretende hegemônico, mas procura se consolidar como um coletivo pequeno, horizontal e informal. Encontra-se aí um novo protagonismo em que “todos agem sobre todos” (NUNES, 2014, s. p.). Os rolezinhos de alguma maneira influenciam ou foram influenciados pelo “Bom Senso F.C.”, mas também pela “Aldeia Maracanã”, pelo “Onde está Amarildo?” e, por nossas terras capixabas, tudo se desdobrou na luta contra o pedágio da Terceira Ponte, culminando no “Ocupa Ales”. Viva uma liderança rotativa com uma democratizante articulação entre *virtú*

e fortuna da tradição política moderna em Maquiavel (SKINNER, 1996, 141-142), mas com um horizonte muito mais vasto do que a dela. Ler o momento político e saber usá-lo a seu favor, isso sim é uma forma de contextualizar a ação política em defesa de uma democratização da democracia.

Esses processos não tiveram o famoso aparelhamento político-partidário dos movimentos tradicionais. Houve, então, estratégias que se abriram à multiplicidade e ao dinamismo veloz das redes sociais. Essa foi uma grande dificuldade para os movimentos tradicionais aceitarem o novo desses eventos. Movimentos que apresentam maior unidade de objetivos e mais definida clareza de identidade – o que permitiu Rodrigo Nunes qualificá-los precisamente com o uso de uma metáfora digital, eles seriam de “código fechado” e pretenderiam converter outros à exclusividade de sua causa.

Intelectuais tradicionais da esquerda brasileira – como Marilena Chauí e Chico de Oliveira – não reconheceram a pujança inovadora do último acontecimento porque se submete-

ram dogmaticamente às suas chaves de leitura do processo social, filtrando e impedindo seus olhos diante do “acontecimento” que se dava nas ruas, e que exigiram a paciência do conceito para uma elaboração teórica. Sistemas de pensamento são capazes de enredar seus leitores nas teias da perfeição na lógica interna de seu raciocínio axiomático, impedindo-lhes de lidar com o “caosmos” trazido por novos ares, que os subvertem essa lógica.

Presos no modelo de participação política surgido no contexto do processo de “redemocratização”, da fase pós-ditadura, os autores acima tornaram-se vítimas de seus heróis e de seus paradigmas livrescos e teóricos. Eles foram do “sem medo de ser feliz” para “com medo de megamanifestações”. Isso lembra o que Nietzsche denominava como “doença histórica”. Em sua obra de juventude *Sobre a utilidade e a desvantagem da História para a vida* (2003), Nietzsche defende que o excesso de sentido histórico da consciência moderna acaba se fixando no passado, deixando de perceber a “história” ou o novo que “acontece” no presente. Daí

o medo da esquerda tradicional e burocrática, obsessiva pelo Estado, diante do receio de perda de seus referenciais teóricos e, sobretudo, do surgimento de novos sujeitos sociais e suas “extravagantes” maneiras de sentir, pensar, viver e agir politicamente.

Como sair do analfabetismo político? A politização surge não por meio de livros, revistas ou jornais, mesmo ao tratarem sobre Filosofia Política. Apenas a práxis, como participação ativa e cidadã na vida social e política, faz alguém ou um grupo saber como funcionam os mecanismos de manutenção/construção ou de destituição/desconstrução do poder estabelecido, além de saber conviver com as divergências de pontos-de-vista sobre assuntos e estratégias de ação.

No entanto, nem tudo são flores. Há de se reconhecer: a fragilidade e falta de coesão de lideranças contextuais, sem dirigismo a uma única voz de comando, permitiu a tentativa de apropriação/cooptação dessas ações políticas inovadoras. Tentativas que se davam pela esquerda ou pela direita. Lembremos da revista

Veja, na Edição 2328, publicada em 3 de julho de 2013, que, em suas Páginas Amarelas, que elegeu o jovem Maycon Freitas, presidente da comunidade União Contra a Corrupção – além de dublê da Rede Globo – como “a voz que emergiu das ruas”, apesar de ele fazer a impactante declaração nessa entrevista: “E vai tomar no c... quem é a favor dos direitos humanos”.

Daí se buscar uma representação, algumas vezes, até anônima, como no caso do Ocupa Ales. Não pretendi trabalhar neste artigo o conceito de “multidão” de acordo com Hardt e Negri. Faço menção a ele apenas para trazer um sentido político de uma totalidade a serviço da singularidade, ou melhor, de uma singularidade que compõe o mosaico de uma totalidade. Os múltiplos cartazes das jornadas de junho de 2013, em todo o país, foram bandeiras de luta que tensionavam a singularidade na multidão anônima e plural, expressando a diversidade de cosmovisões e interesses que compõem a vida da coletividade. A multidão quebra hierarquias fixas e substancialistas

É compreensível que movimentos

tradicionais adquiram protagonismo estratégico nas ações políticas de massa. Sua organização lhes facilita uma maior capacidade executiva, de convocação e de definição de protocolos. No entanto, os participantes de ações coletivas não ficam passivamente reféns desse protagonismo. Uma das causas do refluxo do processo insurrecional presente nelas, que foram gradativamente minguando ao longo dos protestos posteriores a junho de 2013 até a presente data, foi o desgastado embate entre mascarados: a tropa de choque das PM's e os black-blocs. Evidentemente o assunto exigiria uma abordagem mais complexa do que o roteiro repetitivo e montado pelas corporações midiáticas. Os black-blocs são um dos novos grupos que conquistaram visibilidade com as megamanifestações. No entanto, jovens das favelas ou periferias já jogavam pedras na polícia. Isso acontecia como um ato de resistência e sem uma firmeza ideológica: às vezes, como simples reação à lógica militaresca e violenta pela qual alguns deles foram forçadamente removidos de seus lares.

Em sintonia com a leitura de Rodrigo Nunes, os black-blocs não são se encaixam no perfil consolidado das ditas “organizações populares”. Se pensarmos que os sindicatos conseguiram historicamente se compor como força do sistema político atual, com tentáculos no Estado, então eles participam do *status quo*, ao ponto de seus membros se situarem socioeconomicamente na “classe média”. Ressalta Boff (2000, 37): “é um luxo hoje ser explorado pelo sistema do capital”; afinal, muitos são simplesmente zeros sociais. Conforme Forrester:

um desemprego, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atingem apenas alguns setores; agora, ele está às voltas como uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos (1997, 11).

Esquecidos pela sociedade e descartados pelo sistema de exploração, os novos precarizados, porém, assumem a sua pequenez e a potencializam.

Redes e ruas em dialética

O grande desafio dos agentes dessas novas ações políticas de massa seria a articulação do digital com o analógico. O digital não é antagônico à mobilização tradicional, mas expande a capacidade. As redes e as ruas se dialetizam de hoje para frente... Esse é o ponto! Daí o curioso slogan: “Saímos do Facebook”. De uma conexão on-line se alcançou a rua; contudo, a rua também é lugar de se ficar plugado. Exemplo disso é o outro coletivo que adquiriu visibilidade no ano passado: a mídia NINJA e seus celulares e suas narrativas em *live streaming*, pautando até o Jornal Nacional.

Os meios de “autocomunicação da massa” (CASTELLS, 2009, 91) favorecem a cada um uma ação político-cultural na defesa de pontos de vistas em geral. Autocomunicação proporcio-

nada pela queda no custo na organização e promoção de ações política, como de eventos em geral, por meio de redes sociais, notadamente o Facebook. Se no passado recente o uso de cartazes era imprescindível para que um evento “acontecesse”, agora, houve uma facilitação geral. Um exemplo disso foi a organização do “I Seminário de Pesquisa Social: Brasil em Crise”. Com a colaboração dos participantes, sua divulgação foi exclusivamente virtual, com o uso de blog e de página no Facebook; mesmo assim, a participação foi de tal monta que encheu o auditório da UFES onde se realizou. Cabe frisar, porém, que o Seminário foi um ato político-pedagógico que exigia dos participantes a capacidade de usar analogicamente o tempo para ouvir e falar. Um tempo diferente do digital, ainda que não seja antagônico a ele, visto que, num segundo momento, o Seminário tenha sido postado no YouTube.

Um novo passo a ser dado, a nosso ver, será estabelecer novas mediações institucionais. Um exemplo: a criação de um partido que permita a saída dos partidos. Partidos autofágicos e aber-

tos para que sejam aparelhados pela sociedade ou por movimentos sociais, não o contrário, como na velha esquerda. Vemos isso na Espanha e Itália. Talvez criar fóruns coletivos e pautados pela diversidade, em vários sentidos. Seria um *upgrade* em múltiplos níveis dos encontros do Fórum Social Mundial, restrito por sua anualidade, sua ampla abrangência e seus movimentos tradicionais. Em que pese isso, dentre tantos grupos que de lá participam, com suas respectivas causas, qual deles seria o mais importante? Diferentemente de uma Internacional Socialista e de sua agenda mundial única para todos os operários do mundo e, melhor, – por que não dizer? – para todo o mundo, a dificuldade e até impossibilidade de uma resposta unívoca e universalista para a pergunta acima aponta para a relevância desses espaços de encontro para a multidão se articular local e globalmente.

Considerações finais

A famosa discussão sobre “crise de representatividade” nos sistemas políticos modernos exige que se repense os mecanismos de re-

apresentação em todos os níveis, também nos movimentos sociais. Essa crise é estrutural no oxímoro da expressão conceitual “democracia representativa”. A democracia é marcada por uma maioria do todo; contudo, apenas uma minoria de poucos representa a totalidade da população. Eis aí a fonte crescente de seu dilema e de sua tensão.

A necessária democratização da democracia moderna, seja do modelo rousseauiano de uma democracia unicêntrica, seja no modelo americano dos “Pais Fundadores” – federativo, republicano e presidencialista –, não dão conta da dinâmica social. Não quero dizer com isso que caberia uma revolução completa do sistema, mas sim que são necessárias reformas políticas estruturais. Essa tradição ocidental precisa ser revista diante de uma representatividade móvel e mais distribuída, em que movimentos sísmicos sejam incorporados às estruturas políticas institucionais.

Referências

BENJAMIN, W. A obra de arte *na era da sua reprodutibilidade técnica*. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 90-107.

BOFF, L. *A voz do arco-íris*. Brasília: Letraviva, 2000.

CASTELLS, M. *Comunicación y Poder*. Trad. María Hernández Díaz. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1997.

HEIDEGGER, M. *A origem da obra de arte*. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. A questão da técnica. *Ensaio e Conferências*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2002.

NIETZSCHE, F. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NUNES, R. *As manifestações renovarão os mecanismos existentes ou criarão novos? Entrevista especial com Rodrigo Nunes*. Entrevistas do IHU, 17 de fev. de 2014. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/528306-as-manifestacoes-renovacao-os-mecanismos-existentis-ou-criacao-novos-entrevista-especial-com-rodrigo-nunes> Acesso em: 18 fev. 2014

SKINNER, Q. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VATTIMO, G. *A Sociedade Transparente*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

_____. *O Fim da Modernidade: Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martin Fontes, 2002.

A PALAVRA DO PODER QUE ENGOLE O PODER DAS PALAVRAS

Guilherme Moreira Pires³⁷

De sorte a entender o funcionamento do nosso Estado, dentre várias perspectivas possíveis, uma que me parece fundamental na descrição de suas mecânicas é a equivocada eleição da ideia fundante “segurança” incorporada, o que infelizmente explica e traduz muita coisa acerca da própria construção humana denominada Estado.

Segurança é uma ideia fundante basilar de um Estado. Mas, não exatamente a segurança de todos, e sim de certos valores estruturais e estruturantes, valores hegemônicos, que não são refletidos por todos, mas por alguns.

Evidentemente que essa mecânica repercute, por exemplo, (mas não só) no Direito Penal, que não deixa de ser uma técnica planetária de

³⁷ Advogado, doutorando em Direito Penal pela Universidad de Buenos Aires.

controle social, uma violência estatal legitimada e própria desse sistema.

Os incapazes de contemplar o conteúdo a ser protegido, tornam-se, à luz dessa lógica sistêmico-unitária, peças defeituosas, que não se encaixam muito bem na unidade edificada, pois essas peças não operam em harmonia com a ideia fundante eleita, não reafirmam essa ideia fundante, e conseqüentemente não são por ela validadas.

Trata-se de uma lógica reducionista e excludente do que lhe é estranho, repelindo ou ejetando elementos incapazes de reafirmar a ideia fundante do Estado, que não é a felicidade ou a segurança de todos, mas um conteúdo demasiado diverso.

Daí que nosso Direito Penal é visceralmente influenciado por certa visão estatal reducionista, imersa em paradigmas essencialmente discriminatórios, que, na busca por uma unidade coesa, tão custosa às sociedades, oblitera os elementos alheios à unidade, voltando-se aos estereotipados alvos construídos, não abrangidos integralmente nas prioridades do Estado, que são

outras (para outros!), historicamente apostando no poder punitivo quando se trata de conter fissuras às suas mecânicas, operacionalidades, tecnologias e racionalidades arbitrárias.

O próprio cárcere, racionalizado e planetarizado, constitui uma dessas tecnologias arbitrárias incumbidas de manter a coesão, através do sacrifício político do outro, assim impedindo a desconstrução de sistemas desiguais e desumanos que, sem tantos dispositivos de governamentalidade e auto-preservação sistêmica, fatalmente seriam derrubados no transcorrer do tempo, com o emergir de consciências libertárias, que enfrentam a triste tendência de serem contidas, minimizadas, desqualificadas e mesmo destruídas.

Assim, o Direito Penal revela-se intimamente atrelado à lógica excludente estatal. Depreende-se, numa análise das presas verdadeiramente típicas do sistema penal, os restos rejeitados pelo arquétipo sistêmico, partes defeituosas que não se encaixam muito bem na unidade, existências rotineiramente discriminadas, cujos direitos e felicidade são dispensáveis à lógica

excludente do Estado.

Existe, portanto, uma tendência muito forte em negar direitos aos grupos mais vulneráveis e distantes do poder; quem acompanhou, por exemplo, as greves dos garis, dos professores, dos metroviários, etc., se deparou com toda sorte de artifícios para deslegitimar essa luta; em suma, a concessão de direitos e o edificar de uma vida mais digna para as pessoas colide com interesses que não são “a felicidade de todos”, ou sequer coisa minimamente parecida.

Essas pequenas concessões são feitas não por benevolência, mas porque, caso não ceda certo espaço, a insatisfação pode se tornar ação, obliterando a coesão e a unidade forjada, então o sistema ruiria, se desconstruiria. Essas migalhas concedidas são instrumentalizadas como discursos legitimantes, como prova de que o sistema é legítimo, assim impedindo uma ruptura radical desencadeada por seus elementos conflitantes, cujos objetivos são distintos da perpetuação e expansão do poder.

E a lógica de um sistema não é se desconstruir, mas de se autopreservar. Todo sistema,

portanto, constrói sua morada nos delineados lindes da existência comunicativa de seu campo, sem transcendê-los em suas limitações e contradições, caso contrário, estaria se desconstruindo. Não adianta esperar que a própria estrutura se desconstrua ou supere suas contradições semânticas, porque isso não tende a ocorrer; a tendência sistêmica é outra.

Para uma sociedade que não aprendeu a conceder nada, qualquer mínima concessão se torna sinônimo dum ato revolucionário; mesmo o tímido garantismo se torna assustador aos olhos dos mais conservadores. É bonito afirmar que não são concessões, mas conquistas, extremamente árduas e não raro sangrentas.

Isso é verdadeiro quando se pensa nas pessoas como referencial: é dizer, de fato, em regra nada lhes foi dado, fora necessário “arrancar” essas conquistas de um conjunto de estruturas direcionadas precisamente à negação de direitos; é verdadeiro esse campo de conquistas mediante lutas históricas e não raro sangrentas.

Seu grande defeito é ignorar que, adotando como referencial o Estado e sistemas que

pretendem se perpetuar, se trata mais de uma concessão, para não ruir o que se tem, do que efetivamente qualquer outra coisa. Entregar um anel para preservar a mão, assim dissolvendo a oposição radical.

Isso dito, num Estado como o nosso, em que o não-funcionamento do Direito Penal enquanto igualitário e justo não é uma falha, é o próprio funcionamento do arquétipo; o não-funcionamento é precisamente o funcionamento; o sistema penal é fatalmente influenciado pelo conteúdo iluminado, daí que a seletividade é um dado da realidade. O Direito – e especialmente o Direito Penal –, passa muito longe de uma técnica neutra e ingênua, inclusive porque a mecânica de funcionamento do Estado tampouco é neutra e ingênua, o que é refletido na operacionalidade real do sistema penal.

É bom lembrar que, por mais discrepantes que alguns Estados sejam, algumas peculiaridades permanecem idênticas, inclusive pelo enorme poder emanado por essa entidade retórica, que sequestra o conflito e mesmo o tempo, substituindo a vítima real, reduzido a

dado político-sacrificial, e massacrando seu suposto ofensor. Algumas implicações e peculiaridades são vislumbradas na realidade de praticamente qualquer Estado.

Em tempo, é bom lembrar que nos protestos iniciados em junho de 2013, houve múltiplos encarceramentos ilegais, sendo muitos manifestantes encarcerados sem qualquer individualização ou razão específica, foram simplesmente encaminhados às delegacias, violentados e processados por delitos forjados pelos intérpretes, geralmente desacato, desobediência, formação de quadrilha, tamanha a facilidade em instrumentalizar esses “delitos”, que serviram como “delitos curingas” sacados para validar, com uma roupagem técnica, arbitrariedades sem grande sentido, valendo-se de critérios de pouca racionalidade e elevado poder.

Assim, magicamente, comportamentos ordinários tornam-se delitos graças às varinhas de condão dos intérpretes, que, sob as vestes do Direito e da Razão, instrumentalizam termos técnicos para escamotear os motivos reais.

Isso nos remete não a casos isolados ou

exceções: em todo o país a contenção dos protestos obedeceu às tendências de uma lógica maior. Um funcionamento de autopreservação da unidade, que opera conforme a mecânica de funcionamento descrita.

O delito não existe como um ente ontológico, e nem pode ser equivalente ao pecado, tampouco ao mal, trata-se duma construção humana artificial, político-social, forjada à luz de ideologias em determinados momentos e contextos, nitidamente favoráveis às ordens hegemônicas e grupos que detêm algum grau de poder, de modo a incidirem as consequências sobre os mais débeis, as presas típicas do sistema penal.

Nesse sentido, o sistema penal reflete a edificação de suntuosas e honrosas construções a fim de legitimar um poder que antecede o próprio saber. Mas o núcleo, longe de ser o “saber legitimado”, sempre residiu no próprio poder que lhe legitima, mas que precisa de motivos válidos para impor-se. O poder e o desejo antecedem o discurso, são pré-existentes, o discurso empregado nesses encarceramentos ilegais é tão-somente um escudo retórico, um manto simbóli-

co, que reflete uma mecânica de funcionamento maior, que as palavras não conseguem conter.

A palavra do poder engole o poder das palavras que supostamente nos protegem dessas arbitrariedades; pois quando policiais jogam aleatoriamente dezenas de pessoas numa espécie de camburão militarizado, criado para sobrepujar e abater inimigos, sob a alegação de serem uma quadrilha, de serem terroristas, praticantes de desacato e outros delitos, se percebe a enorme dificuldade das palavras efetivamente conterem o poder.

Quando um morador de rua (Rafael Braga Vieira), catador de latinhas e extremamente vulnerável, é condenado a 5 anos nos protestos sem cometer qualquer delito, por portar pinho sol e água sanitária, passando o Natal encarcerado enquanto comemos com nossas famílias e trocamos presentes, é sinal de que as palavras não conseguiram conter as violências do Estado, que são legitimadas por um discurso rasteiro, porém poderoso.

E a nossa Constituição, despida de todos os requintes poéticos e técnicos que lhe são

conferidas, ainda é um amontoado de palavras. Palavras que são dribladas e engolidas por outras palavras validadas por um poder maior.

Nos protestos, manifestantes – em geral revestidos por certa blindagem – revoltaram-se com uma truculência policial que até então desconheciam; denunciaram nas redes sociais o uso arbitrário de meios ditos não letais: bombas “de efeito moral” e balas de borracha. Se revoltaram com a Polícia.

Ocorre que no morro – mundo em que essa palavra torna-se verbo – as balas nunca foram de borracha e o extermínio é diário. A blindagem é substituída pela vulnerabilidade; a seletividade é manifesta; procedimentos emergenciais de guerra ocorrem dentro da normalidade (são comuns, rotineiros); o excepcional torna-se normal, segurança pública torna-se sinônimo de guerra, o que reflete nossas culturas, pautadas na violência legitimada; um estado de exceção permanente.

Um viés bélico-repressivo, tendente ao

encarceramento maciço da miséria, que legitima inclusive o extermínio – em geral desses mesmos paupérrimos – sob a alcunha de “inimigos”: uma matança regida pela retórica da “urgência”, “emergência”, “necessidade”, “periculosidade”, “defesa da sociedade”, dentre outras construções circulares salivados pelo feral discurso do risco, do perigo, da ameaça, do “inimigo” a ser abatido.

Em outras palavras... o que se vislumbrou nos protestos de 2013, em termos de violência do Estado, apesar de intolerável, é brincadeira de criança, uma amostra ínfima frente ao que ocorre diariamente com os mais vulneráveis, em outros mundos não tão distantes .

Infelizmente a seletividade do nosso inconformismo ainda não alcançou a montanha de mortos do poder punitivo e seu caldeirão de ingredientes potencializadores de massacres; ainda não alcançou a relação cárcere-tortura como referencial.

E, ensanguentadas, mesmo as pala-

vas dos mortos parecem repercutir em poucas pessoas; tornam-se – os mortos – estatísticas silenciosas, números engavetados cujas existências foram esquecidas, enquanto, tranquilos, dormimos felizes após termos jantado, bebido, aberto e trocado nossos presentes de Natal.

“DESTRUIR, PARA RECONSTRUIR”: A TÁTICA BLACK BLOC E A PEDAGOGIA DAS VIDRAÇAS

Davis Alvim³⁸

Nos últimos anos, protestos varreram o país colocando em questão a geografia das relações de poder e reivindicando novas possibilidades de vida em comum. Refletindo no olho do furacão, esse artigo busca pensar as resistências enquanto espaços pedagógicos, examinando a potência dos processos políticos colocados em jogo pelos atos de resistência, enfocando a tática black bloc. Ou seja, pergunta-se pelas possibilidades não só de mudança no funcionamento concreto da vida pública que tais lutas comportam, mas pelas possíveis aberturas educativas que as ações resistentes permitem.

³⁸ Doutor em Filosofia pela PUC-SP, professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e ativista.

1. O que é resistência?

Em primeiro lugar deve-se colocar a questão: o que é resistência? Fazendo alusão ao mestre de capoeira Almir das Areias e sua fórmula (“em todos os movimentos tu deves ser como a corrente do rio que contorna o rochedo”), indica-se a questão paradoxal das resistências: não é a obra de arte nem o jogador que se opõem a uma ordem ou força, “inversamente, é uma certa ordem do mundo ou uma estrutura social dada que, como o rochedo, constitui uma força de resistência contra a corrente da vida” (DUMOULIÉ, 2007, p. 1). Ou seja, encontramos forças resistentes que tendem ao enfrentamento generalizado dos poderes e, ao mesmo tempo, criam modos de vida ou de estar junto. Nômade e microfísica, as resistências não podem deixar de captar uma potência que envolve, a um só tempo, o enfrentamento e a destruição dos núcleos duros e o fluxo da invenção.

Nas últimas décadas, uma diversidade de pesquisadores tentou demonstrar que as resistências não são bem compreendidas quando associadas exclusivamente ao desejo pelo poder.

O sociólogo Maurizio Lazzarato, por exemplo, observa que os chamados “novos movimentos sociais” (ou movimentos pós-socialistas) não operam centralmente pelo conflito, mas pela recusa das regras tradicionais da representação política, procurando criar novas formas de estar junto e de viver em comum, investindo na “criação e atualização de mundos” (LAZZARATO, 2006. p. 204). Não se trata de querer o poder ou desejar dominar, mas da invenção de novos afetos por meio da multiplicação de identidades étnicas, da afirmação da condição feminina plena, do convívio harmonioso com o meio ambiente, da coexistência entre as diferentes sexualidades e do direito à cidade.

Segundo Michel Foucault, os termos poder e resistência não se encontram em relação de exterioridade. Estamos sempre “no” poder e, nesse sentido, não há escapatória; o que não quer dizer que o poder sempre vença ou que as resistências sejam inúteis. Se o poder existe numa rede vasta e multiforme de relações de dominação, os pontos de resistência também se apresentam como multiplicidade de focos de

tensão. Assim, como não existe simplesmente um grande Poder, não existe um local único de Recusa: “a” resistências move para a pluralidade. Torna-se, dessa forma, uma multiplicidade de acontecimentos possíveis, improváveis, espontâneos, planejados, irreconciliáveis, o que em absoluto quer dizer que estejam fadadas ao fracasso ou sejam apenas subprodutos dessas relações (FOUCAULT, 2008).

Gilles Deleuze e Félix Guattari sugerem que “resistir” pouco tem a ver com conservar, sofrer, suportar ou opor-se ao movimento. O poder não é o principal responsável pela ação constituinte, pois há um primado das resistências sobre as relações de poder que, na verdade, são formações secundárias, ou melhor, reterritorizações (DELEUZE, 1993). Os poderes funcionam de forma reativa, enquanto as resistências ligam-se às maneiras como um campo social foge por todos os lados (DELEUZE, 1996). Nos sistemas sociais existem sempre linhas fugidias, mas também endurecimentos para impedir essas fugas, ou, ainda, aparelhos que as integram, desviam ou detêm. Ou seja,

ao lado dos pontos que o poder aprisiona, existem também “pontos relativamente livres ou libertados, pontos de criatividade, de mutação, de resistência” (PELLEJERO, 2008). O desafio lançado por Deleuze e Guattari é o de pensar as resistências como fluxos capazes, não de fugir ao mundo, mas fazer o mundo fugir em direção a outros mundos possíveis (DELEUZE, 2003); por isso, não podem ser tomadas como simples enfrentamentos fragmentários ou focos de luta contra os mecanismos de poder, pois, em certo sentido, são os mecanismos de poder que oferecem “resistência” às novas formas de existir e lutar propostas pelas resistências.

Em resumo, pode-se indicar que as forças resistentes são sempre duplas: são destrutivas, uma vez que combatem e recusam determinadas configurações das relações de poder, mas também criativas, já que incessantemente propõem a reorganização das sociedades, não somente desafiando as normas instituídas, mas também propondo novas formas de convívio. A participação em ações de resistência pode, em primeiro lugar, levar ao reconhecimento vívido

das relações de poder que submetem as coletividades e, em segundo lugar, instigar o contato com novas formas de estar junto, de organizar-se politicamente ou afetivamente. Sugerimos que os movimentos sociais e os protestos de rua apresentam-se como oportunidades pedagógicas aos manifestantes quando o que se busca é potencializar o pensamento crítico e construir democracia enquanto, ao mesmo tempo, solidifica-se a percepção da importância das resistências sociais perante a brutalidade e a corrupção dos poderes instituídos.

2. Os trabalhadores, as minorias e os autonomistas

No início do século XX, a noção de “movimentos sociais” sugeria principalmente organizações de trabalhadores, especialmente em sindicatos e partidos políticos de tendências socialistas (GOSS, 2014). Embasados em aspectos da filosofia anarquista e marxista, especialmente na importância da luta de classes, tratava-se – especialmente para os marxistas – de promover entre os trabalhadores

o desenvolvimento de uma consciência própria (materialista), capaz de confrontar os interesses das classes dominantes e construir a revolução operária.

A partir da década de 1970, ganha força no ocidente uma série de movimentos heterogêneos que resistem não mais focando o mundo do trabalho (HARDT; NEGRI, 2005). Definidos como organizações civis que apareceram no fim do século XX e que buscam diferenciar-se das identidades de classe conforme as praticavam os movimentos operário sindicais; os “novos movimentos sociais” passam a funcionar por meio de outras conexões, envolvendo homossexuais, ambientalistas, negros, feministas, pacifistas, veganistas, ateus, imigrantes, indígenas, trabalhadores sem teto ou sem-terra, ativistas antiglobalização, entre outros (GOSS, 2014). São resistências que não criticam apenas o acúmulo de riqueza, mas o excesso de opressão política e preconceito que a concentração de riqueza implica; são resistências imediatas, pois não visam necessariamente ao inimigo “mor” e a construção de uma utopia futura, mas

enfrentar os pontos locais em que os poderes atuam; inauguram uma nova relação com a individualidade e a educação, pois enfatizam o valor da diferença e reivindicam o direito à singularidade. Colocam-se, enfim, contra as respostas fundamentalistas, pseudocientíficas ou burocráticas para a pergunta “quem somos nós?”, ou seja, reivindicam o direito de encontrar mecanismos próprios de identificação e de construção subjetiva (FOUCAULT, 2003).

Sustentamos que uma terceira tendência parece ter se delineado com alguma clareza, movendo-se para além das burocráticas associações sindicais e dos coloridos novos movimentos sociais, são as lutas ou coletivos autonomistas. Seu funcionamento, ainda incipiente, sugere novas particularidades. Entre elas, pode-se citar o desgaste em relação às lutas por inclusão, consideradas importantes, mas insuficientes para a construção de uma sociedade igualitária. Além disso, os novos coletivos apostam cada vez mais na ação direta como mecanismo de proposição de mudanças. Entre seus métodos estão, por

exemplo, os ataques diretos contra instituições que promovem a morte de animais em risco de extinção, no mesmo sentido, o resgate de animais em condições de sofrimento, a destruição de símbolos de grandes marcas empresariais ou apedrejamento de vitrines de bancos enquanto, no campo virtual, promove-se a derrubada ou invasão de sites ligados ao Estado e às grandes corporações ou o escracho virtual de homens machistas e violentos. Pode-se ainda sugerir certa inspiração anarquista desses coletivos ou ações. A proximidade com o anarquismo parece possibilitar uma dupla recusa da herança das lutas anteriores. Em primeiro lugar, recusa do sindicalismo burocrático, entendido como fortemente centralizador e autoritário, além de promotor de estratégias de luta apoiadas na figura do Estado e na lógica dos partidos. Em segundo lugar, a recusa da estratégia pacifista e inclusiva dos novos movimentos sociais, que apostam primeiramente em uma mudança cultural dos preconceitos cotidianos. Em uma reversão tática, os coletivos autonomistas respondem aos sindicatos que, hoje, pouco

adianta reproduzir a lógica representativa, corrupta e burocrática do Estado em meio aos trabalhadores. Por outro lado, aos novos movimentos sociais, os autonomistas sugerem que a igualdade radical e o fim dos preconceitos só virão por meio de estratégias combativas (antifascistas, antimachistas, antirracistas, etc.) e quando aquilo que as desigualdades ruir: o capitalismo.

3. Da proteção à destruição – e volta.

A história da tática black bloc já contempla seus dois grandes vetores: a ação para proteção dos espaços de autonomia e a destruição de símbolos do capital. Boa parte da literatura indica que as primeiras ações black blocs ocorreram na Alemanha Ocidental, no início dos anos 1980, no seio do chamado Movimento Autonomista. O autonomismo é um movimento originário da Itália, fortemente inspirado pelo teor revolucionário do marxismo, embora também se caracterize pela recusa das burocracias sindicais e partidárias. Segundo “The black bloc papers”, obra organizada

pelo Green Mountain Anarchist Collective e escrita por Van Deusen e Massot, o movimento autonomista, na Alemanha, centrou-se em dois pilares: primeiro, em acampamentos no interior do país que visavam impedir a construção de usinas nucleares e, segundo, nas ocupações de imóveis vazios na capital, transformados em espaços de sociabilidade contrários aos valores das sociedades capitalistas, ou seja, núcleos de subversão das relações afetivas e produtivas conforme as molda o capital (VAN DEUSEN; MASSOT, 2010).

No ano de 1980 uma série de ofensivas policiais foi lançada pelo Estado alemão sobre esses locais. A organização da tática nasceu justamente da tentativa de defender tais espaços de autonomia. No entanto, foi durante a manifestação de Primeiro de Maio de 1980, em Frankfurt, que um grupo de militantes autonomistas desfilou com roupas pretas os rostos cobertos, usando capacetes e outros equipamentos de proteção para se defender dos ataques da polícia. Por causa do visual do grupo, a imprensa alemã o batizou de “Schwarzer

Block” (bloco negro) (FIUZA, 2014).

Na origem já se percebe, portanto, a primeira grande característica da tática: a proteção dos espaços de autonomia. Quer se trate de acampamentos ou imóveis ocupados, quer se trata do direito de reivindicar melhores condições de vida, a tática aparece como estratégia de defesa daqueles que discordam do modo de vida dominante e são impedidos de se organizar de maneira autônoma. Ou seja, a tática já nasceu como autodefesa contra os ataques policiais. Se quisermos utilizar a nomenclatura de Hakim Bey (2011), poderíamos definir black bloc da seguinte forma: trata-se de uma tática de defesa das zonas autônomas temporárias (as ZATs), sejam elas os acampamentos ou ocupações na Alemanha, os espaços de reivindicação nas ruas ou as reivindicações dos professores cariocas e capixabas em greve.

Outro elemento importante da história da tática é o chamado “caminho para Seattle”. Durante os anos 1990, seus adeptos se organizaram nos Estados Unidos, embora tenham permanecido desconhecidos do grande público

até que alguns adeptos da tática se organizaram para participar das manifestações contra a OMC (Organização Mundial de Comércio) em Seattle, em novembro de 1999. Nesse momento apareceu a segunda grande linha de ação black bloc: a destruição de símbolos do capitalismo. No contexto de consolidação da globalização, a tática passou a direcionar-se para a destruição material de símbolos das grandes corporações.

Foram realizados ataques a lojas do McDonald's ou da Gap, em busca de um efeito simbólico, a saber: “mostrar que aqueles ícones não eram tão poderosos e onipresentes assim, de que por trás da fachada divertida e amigável da publicidade corporativa havia um mundo de exploração e violência materializado naqueles logos” (FIUZA, 2014). Trata-se do momento de uma virada tática: da estratégia defensiva das zonas autônomas para o ataque simbólico aos ícones do capitalismo globalizado e neoliberal.

No Brasil, parte da literatura indica que os núcleos brasileiros da Ação Global dos Povos são os pioneiros do bloco negro brasileiro. O primeiro Dia de Ação Global, que contou com

ações no Brasil, foi 26 de setembro de 2000, dia da reunião do FMI em Praga. Neste dia, em São Paulo, um grupo de manifestantes atacou o prédio da Bovespa. Houve ainda um segundo Dia de Ação Global no dia 20 de abril de 2001, quando foi organizada uma manifestação como parte dos protestos convocados em todo o mundo contra a Cúpula das Américas, na qual líderes dos países do continente discutiram a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Um grupo entre os manifestantes adotou a mesma tática black bloc de Seattle e atacou símbolos capitalistas na Avenida Paulista, como, por exemplo, uma loja do McDonald's.

Apesar de derivada da Europa e dos Estados Unidos, no Brasil, a tática black bloc possui suas especificidades. Sua expansão está ligada, sem dúvida, a um movimento de reação à violenta atuação da Polícia Militar brasileira nas Jornadas de Junho de 2013, quando se expandiu o número de manifestantes, jornalistas e cidadãos agredidos ou impedidos de se manifestarem pelas forças repressivas do Estado. Ou seja, a crescente violência policial

contra as manifestações provocou o uso mais intenso da ação direta no Brasil. No entanto, o amadurecimento da tática deu-se efetivamente diante de uma relação inédita com a educação. Nos protestos ocorridos durante a greve dos professores no Rio de Janeiro de 2013 as próprias músicas entoadas por professores e adeptos da tática dão prova de que as ruas tornaram-se espaços de interação e luta comum pela educação. Enquanto “os mascarados” cantavam “o professor é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo” e agiam na proteção dos educadores contra a agressão policial, os professores, por sua vez, respondiam: “o black bloc é meu aluno, mexeu com ele, mexeu comigo”.

4. A fragilidade da democracia.

Os discursos dos adeptos da tática black bloc sugerem insistentemente ausência ou fragilidade da liberdade no Brasil e, ao mesmo tempo, defendem a necessidade da luta pela democracia. Ao filmar declarações para um documentário tomamos contato com uma fala

intensa e teatral: após sugerir que a liberdade de manifestação não funciona sem a proteção dos blocs, um entrevistado chamou um de seus amigos para sentar-se ao seu lado e propôs uma encenação para demonstrar como entende o papel da tática nos protestos. Ele agarrou os braços do colega e os prendeu, em seguida, se voltou para a câmera e disse:

“Eu sou o Governo”, “ele é a Sociedade” (apontando para o amigo). Enquanto apertava com mais força os pulsos do companheiro, ele continuou: “Eu tiro seu direito de ir e vir, seu direito de moradia, seu direito de expressão. O que ele vai ter que fazer para poder conquistar seus objetivos? Pra ir em frente e conseguir reivindicar seus direitos? Eu to segurando ele. O que ele vai ter que fazer?”. O amigo então responde “reação” e começa a tentar libertar suas mãos e braços. Enquanto a Sociedade se esforça para se livrar das mãos governamentais que o seguram, o entrevistado (o Governo), por outro lado, força o aprisionamento, o imobilismo e

repete seguidamente “sem vandalismo, sem vandalismo, sem vandalismo!”. “É mais ou menos isso daqui. É uma reação do black bloc. O black bloc ta ali pra linha de frente. A gente não tá ali pra brincadeira, a gente não tá ali pra gritar, gritar a gente já grita há mais de 500 anos. (...) Então não adianta, não se vai conseguir mudar uma sociedade sem tocar nela”.

Semelhante sensação de sufocamento e de necessidade urgente da luta explodem ainda quando, em uma mesa redonda na Universidade Federal do Espírito Santo, uma das adeptas da tática, com 18 anos de idade, se senta em uma mesa redonda ao lado de dois doutores e anuncia sua indignação e raiva, que merecem ser reproduzidos na íntegra:

O único julgamento que aceito é o meu, pois sou a única que tem poder sob mim. Não sou culpada pela quebra de vidraças, pois não há culpa. Não sou culpada pelas pedras lançadas, pois não há culpa. Não sou culpada

pelas barricadas, pois não há culpa. Poupe-me de suas acusações, pois não há lei para os senhores que julgam, então também não há lei para mim.

Eu entendi que tudo isso era uma luta de classes quando, enquanto tiros vinham em minha direção, as madames da burguesia jogavam garrafas de água da varanda de seus apartamentos para que eu pudesse matar a minha sede. “Valeu madame, mas a minha sede é outra”. Eu tenho sede de justiça. Justiça para os pobres que tem suas portas chutadas e suas gargantas rasgadas todas as madrugadas. Justiça para os negros que ainda são feitos de escravos pelas indústrias. Justiça para as vadias e vagabundas que tiveram e ainda tem seus corpos violados pelos homens de farda. Justiça para os gays e travestis que tem seus rostos apedrejados pelo preconceito em becos escuros. Justiça para os índios que são expulsos de sua terra pra que elas possam receber um estacionamento para a copa. Justiça pela

nossa cultura que foi roubada e trocada por uma bandeira verde e amarela. Justiça para todos os meus companheiros que ficaram cegos pelas bombas e balas lançadas pela mão da polícia. Justiça para os que morreram com seus pulmões sufocados pelo gás lacrimogêneo na guerra contra o Estado.

Eu entendi que tudo isso era uma luta de classes quando vi a burguesia saindo em defesa de manequins e vidraças, enquanto tudo que eu via era o Amarildo ser torturado e morto. Eu vi o sangue escorrer na Maré. Eu vi mulheres sendo espancadas por inúmeros homens de farda. Eu vi pessoas sendo espancadas como se não passassem de lixo que precisa ser retirado da rua. Vi amigos terem suas vidas ameaçadas pelas milícias. Vi um jovem cheio de vida ser assassinado a sangue frio e vi os homens de farda dizerem que foi por engano. Por que é que as pessoas só morrem por engano no Morro da Penha? Por que é que eu nunca vi ninguém ser morto por engano na Praia do Canto? Eu vi uma

arma apontada pra minha cara e ouvi alguém dizer “vai pra casa, porque a partir de agora os tiros serão de verdade”. Mas, coitadas das vidraças e manequins, elas nada tem a ver com isso.

Mães tiveram seus filhos arrancados dos seus braços e mortos a mando do Estado. Mães tiveram que conviver com a dor de terem seus filhos trancafiados em presídios de segurança máxima. Esposas não puderam ver seus maridos chegarem em casa. Mas pobre coitado dos policiais que são apenas trabalhadores e pais de família.

Que se explodam as vidraças e os manequins. Que caiam todos os muros até que não existam mais fronteiras. Ergam as bandeiras negras. Deem vida para as barricadas. A revolução não vai chegar através de um pedido de licença. Peguem as pedras, os paus, as máscaras. Nós não queremos esconder nossas identidades, pelo contrário, queremos ser reconhecidos como realmente somos, a fúria de um povo. E é por isso que

usamos mascararas, pois com ela podemos ser o que somos. Podem nos perseguir, tentar nos calar. Que venham as bombas e as balas, enquanto qualquer um de nós puder gritar, a nossa luta vai continuar.

Talvez seja apenas com um gesto de desrespeito e arrogância que nos atrevemos a comentar tais falas. Talvez devêssemos apenas deixá-las pairar, à frente (como uma barricada) e acima (como uma pedra atirada). Já houve e haverá o momento para isso. Por hora é com delicadeza e prudência – antes ativistas que científicas – que fazemos notar o sentimento de sufocamento, angústia e imobilidade que tais jovens expressam diante do Estado brasileiro. No primeiro caso, o imobilismo das mãos atadas torna-se ainda mais forte quando, a qualquer movimento, não só se é forçado de volta à posição de submissão, como também taxado de “vândalo”. No segundo caso, a mesma sensação de sufocamento diante do julgamento pelas vidraças quebradas, mesclada ao silêncio sobre as chacinas na periferia, a mesma percepção

de que a lei está a serviço dos “senhores” e “senhoras” da elite brasileira, portanto, contra as minorias exploradas, sofridas e assassinadas. E, ainda, a mesma convicção da importância da luta que estilhaça vitrines, derruba fronteiras, levanta bandeiras negras e protege com paus, pedras e máscaras.

5. Uma pedagogia das vidraças

Talvez devamos ir mais longe e indicar que um novo parâmetro de pensar e agir surge a partir das novas lutas brasileiras: uma pedagogia das vidraças. Se as resistências/educação dos trabalhadores lutam contra a ilusão da neutralidade e reivindicam a organização sindical e a revolução operária como soluções; se as resistências/educação proporcionadas pelos novos movimentos sociais combatem a ilusão da igualdade e os preconceitos, propondo a inclusão como solução; os coletivos autonomistas, por sua vez, lutam contra a ilusão da liberdade, questionam o papel da repressão policial, enquanto propõem a resistência continuada e combativa em nome da democracia

como solução.

Trata-se de uma nova luta, de um novo mundo e, portanto, de outro modo de educar. *Lição 1) Luta pela Democracia*: as resistências são fundamentais para as sociedades democráticas. O Estado democrático de direitos não pode ser entendido como dado, como um produto definitivo, ao contrário, sua abertura popular e seu caráter participativo dependem fortemente da luta continuada. *Lição 2) Somos todos vândalos*: não ceder à criminalização das lutas. A democracia, entendida como processo, está constantemente ameaçada pelos grandes monopólios midiáticos e pelo poder de Estado e seus partidos, criminalizadores dos movimentos sociais. Por isso, é urgente dedicar-se ao debate sobre as mídias alternativas e formas horizontais e plurais de comunicação e resistência. *Lição 3) Cuidado, Escola*: a educação necessita de horizontalidade absoluta. O espaço educativo passa a ser vividamente reconhecido como espaço de produção de obediência e docilidade – e não apenas de pensamento crítico ou libertação. É preciso, portanto, lutar por

autonomia e especificidade em relação ao mundo empresarial e contra sua demanda interminável por corpos dóceis e treináveis.

Trata-se da construção de uma percepção direta da brutalidade dos mecanismos de Estado diante da dissidência social, associada à necessidade da luta pela democracia, relativizando-se os discursos de plena liberdade que circulam nas sociedades ditas democráticas. Esse parece ser um dos principais aprendizados daqueles que optaram pela tática black bloc e lutaram pelo direito de ocupar as ruas, rejeitando radicalmente a criminalização generalizada das resistências: nossa democracia não só é frequentemente falha, elitista e autoritária, é também frágil, passível de ampliação e, portanto, deve ser objeto de luta continuada.

A tática black bloc não educa apenas os seus adeptos. Ao contrário, talvez sejam principalmente esses meninos e meninas quem ensinam. Ensinam que, eles próprios, estão longe de ser uma ameaça porque quebram vitrines, interrompem o trânsito ou afrontam a polícia. Ensinam que a espetacularização e exploração

do “vandalismo” promovidos pela grande mídia são recursos desesperados, fabricados para que não reconheçamos que “os mascarados” nos retiraram daquela zona de conforto na qual pensávamos que, ao menos desde o fim da Ditadura Militar, viveríamos um período de plena democracia e liberdade política. Ensinam que essa certeza confortável permitiu que uma geração inteira imaginasse que podia abandonar a luta e “viver em paz”. Assim, durante décadas, abandonou-se o engajamento a movimentos sociais que deveriam, no máximo, incluir ou adaptar as minorias e os marginalizados aos então inquestionáveis parâmetros do Estado empresarial e à lógica de mercado.

Hoje, essa certeza caiu. Não só os antigos movimentos mesclam-se às novas táticas de luta na forma, por exemplo, de lutas feministas anticapitalistas, como os dispositivos de tendência anarquista demonstraram que as lutas pelo pleno direito à cidade, contra o autoritarismo e pelo fim da truculência estatal estão apenas começando a afetar as lutas. Foi a partir do aparecimento “dos blocs” que o

monstro estatal, empresarial e policial saiu do armário e nos mostrou aquilo que não queríamos ver, aquilo que havíamos trancado com sete chaves: a face sombria da democracia brasileira. Aquela sensação anestésica de uma vitória definitiva sobre o autoritarismo ruiu. Trata-se de um sentimento incômodo, pois precisamos reconhecer que a luta não acabou, que é preciso ir às ruas e resistir.

Referências

BEY, Hakim. *Taz: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

DASSIE, Sheila do Nascimento. *Educação e movimentos sociais: o educador como intelectual orgânico*. Disponível em:

<http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Sheila_do_Nascimento_Dassie.pdf> Acesso: 18/07/2013.

DUMOULIÉ, Camille. A capoeira, arte de resistência e estética da potência. In: LINS, Daniel (org.). *Nietzsche/Deleuze: arte, resistência: Simpósio Internacional de Filosofia* (2004). Rio de Janeiro: Forense Universitária, Fortaleza, CE: Fundação da Cultura, Esporte e Turismo, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Rafael Godinho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*,

vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta: e outros textos*. Trad. Luiz B. L. Orlandi et al. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. Desejo e prazer. In: PELBART, Peter; ROLNIK, Suely (orgs.). *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo: PUC-SP, v.1, n.1, 1993.

FIUZA, Bruno. *Black blocs, lições do passado, desafios do futuro*. Disponível em <<http://www.vio-mundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>> Acesso: 03/12/2014.

FONSECA, João Pedro da. Educação Comunitária e estrutura de poder no Brasil. In: SILVA, Jair Militão da. (Org.) Educação comunitária: estudos e propostas. São Paulo: Editora SENAC, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa

Albuquerque e _I. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Raphael Tsavkko. Para entender os black blocs. Disponível em <<http://www.amalgama.blog.br/10/2013/entender-black-blocs/>>. Acesso: 27/10/2013.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. Movimentos sociais e educação popular no Brasil urbanoindustrial. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT03-2268--Int.pdf>> Acesso em: 15/07/2013.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo, Iluminuras, 2003.

PELLEJERO, Eduardo. *Dos dispositivos de poder ao agenciamento da resistência*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=35&id=419&tipo=1>> Acesso: 11/07/2008.

VAN DEUSEN, David; MASSOT, Xaviar. *The Black Bloc Papers: an anthology of primary texts from the North American Anarchist Black Bloc*. Shawnee Mission: Alternative Media Project, 2010.

A TÁTICA *BLACK BLOC* E A LIBERAÇÃO ANÁRQUICA DO DISSENSO³⁹

Paulo Edgar da Rocha Resende⁴⁰

Os sentidos da tática

A proposta de discutir a tática *black bloc* abre espaço para muitas possibilidades de problematizações, pela riqueza de significados, incógnitas e a novidade que apresenta. Trata-se do que há de mais novo e fascinante nos fenômenos sócio-políticos dos últimos anos no Brasil. Resumindo em uma frase o que entendo por *black bloc*, pode-se dizer que trata-se de uma ação política de dissenso radical, ou simplesmente um ato de revolta popular. E seguindo a inspiração do dissenso inicio o debate com a licença dos colegas

³⁹ Este texto é uma versão ampliada e revisada de transcrição da palestra proferida pelo autor no Seminário "A Estratégia *Black Bloc*", que compôs o ciclo Brasil em Crise, organizado pelos professores Vitor Cei e David Borges, realizado em Junho de 2014 na Universidade Federal do Espírito Santo. Por este motivo, o artigo não reproduz todas as formalidades tradicionais de artigos acadêmicos.

⁴⁰ Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona - UAB, Espanha. Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, atualmente é professor do Programa de Mestrado em Sociologia Política da Universidade Vila Velha - UVV e coordenador do Grupo de Pesquisa em Subjetividade, Poder e Resistências.

organizadores do evento, dissentindo do título da mesa, “A Estratégia *black bloc*”, pois há uma importante diferenciação a ser feita entre tática e estratégia.

Estratégia transmite a ideia de objetividade racional. O dicionário Priberam, por exemplo, a define como “combinação engenhosa para conseguir um fim”. No Michaelis, “arte de dirigir coisas complexas”. Enquanto que a definição de tática, para o primeiro: “habilidade, jeito para dirigir qualquer situação ou negócio” e “habilidade ou meios empregados para sair-se bem de qualquer negócio ou empresa”, na definição do segundo. A tática se limita, portanto, às formas com que se faz algo, enquanto a estratégia estabelece os melhores meios para obter um fim determinado.

É importante essa diferenciação porque através da tática *black bloc* não se espera tomar o poder do Estado, ou fazer a revolução, nem acabar com a democracia ou com o capitalismo. Ao menos da forma como vem ocorrendo no Brasil a partir do ciclo de manifestações que irrompeu em diversas capitais brasileiras a par-

tir de Junho de 2013⁴¹. A tática tem expressado de forma espontânea e desarticulada a revolta juvenil. Seria ingenuidade achar que ao quebrar algumas vidraças se estaria acabando com todo o sistema político e econômico. Portanto, não se trata de uma estratégia e sim de uma tática de manifestação, uma forma de se portar na rua em ações coletivas.

Outro aspecto importante na diferenciação entre estratégia e tática diz respeito à ação racional ou emotiva. O *black bloc*, como tática, expressa e provoca sentimentos e percepções, no geral destoantes da maioria da sociedade e principalmente dos expressados publicamente. Coincide, neste sentido, a uma resistência às micropolíticas do desejo (Guattari & Rolnik, 1986), que influenciam percepções sobre a propriedade privada e as autoridades e determinam condutas em espaços públicos ou privados. Desejo é mais do que cada um precisamente quer possuir ou fazer, podendo abarcar um amplo espec-

41 É importante pontuar que a tática já foi utilizada anteriormente em casos pontuais no Brasil, como por exemplo, em setembro de 2000 em frente à Bolsa de Valores de São Paulo em manifestação de cerca de 200 punks, anarquistas e grupos de esquerda (Augusto, 2013, p. 16). Também é importante notar que a tática tem sido utilizada de forma diversificada ao redor do mundo, encontrando maior grau de organização e articulação em alguns casos (Dupuis-Déri, 2014).

tro de impulsos subjetivos, como a rejeição, a indignação, a raiva e a revolta. Na ação do vandalismo político há o contágio da coragem, entre ativistas, em desafiar autoridades e a sensação de poder. No meio da massa, o indivíduo tem a sensação de se reapropriar do poder sobre si. A cumplicidade dos atos em que diversos jovens se envolvem e a impunidade característica da dificuldade das forças repressivas em coibi-los se somam ao anonimato das máscaras pretas.

Na capa da edição publicada por El Viejo Topo do livro de John Holloway, *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*, está estampada a foto da pintura O Grito, de Munch. O livro começa expressando de maneira figurativa o que consideramos que possa ser uma prática de ação direta⁴², de resistência, que busca extravasar um sentimento. No caso, um sentimento de desespero, de angústia incontrolável de alguém que está caindo de um penhasco e não tem mais nada a fazer senão gritar. O que vemos nos *black blocs* é justamente a liberação de um grito até então contido, de uma angústia aprisionada,

42 Sobre ação direta, ver: Hypomnemata, 124. *Nu-Sol*. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=150>. Acesso em 20/01/2015.

pois a democracia liberal não admite e não abre caminhos para o dissenso radical.

Entre o anarquismo individualista e o coletivista

A partir de nossas observações nas ruas e em materiais produzidos por adeptos e simpatizantes, utilizaremos algumas categorias analíticas para discutir a tática *black bloc* em sua proximidade a movimentos sociais e ao anarquismo. Entretanto, ao não existir nada parecido com um manual de teoria anarquista ou um tratado geral do anarquismo, há entendimentos distintos dentro do próprio e que divergem significativamente em alguns pontos. No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, destacaremos uma tensão fundamental, que ocorre entre os entendimentos sobre a ação organizada, típica de coletivos e movimentos revolucionários e a ação espontânea, associada com práticas da vida cotidiana.

A perspectiva da auto-organização, do associativismo e a própria ideia de revolução encontram rechaço importante por parte de tendências mais individualistas, por entender que

nessas iniciativas há maior possibilidade de subordinação a lógicas, racionalidades, interesses e normas externas às próprias do indivíduo:

(...) o perigo da associação leva a reprodução, à escala diferente, de uma sociedade, e é evidente que neste contexto, os indivíduos devam renunciar à boa parte de sua soberania. Stirner propõe ‘uniões de egoístas’, formadas por indivíduos livres que podem se unir episodicamente para colaborar, mas evitando a estabilidade ou a permanência (Díez, 2006, p. 31).

Ora, quanto mais organizada for a constituição de um grupo, mais se deve adaptar às dinâmicas que tal organização exige, como compromissos de agenda, distribuição de tarefas, estabelecimento de locais de encontros, locação ou ocupação de imóveis, que exigem manutenção, gestão de despesas e mais organização. Há aí a exigência de algum nível de aceitação de aspectos mais diversos da ordem estabelecida. Nem

que sejam aspectos da modernidade, como a racionalidade, a objetividade, ou exigências da burocracia estatal, como registros, reconhecimentos, ou do mercado, como aluguel, etc. Entre os participantes há também, em grupos organizados, o quase inevitável surgimento de hierarquias, devido às naturais diferenças de personalidade, experiência, conhecimento e capacidade de oratória. A ausência de regras ou de formalização de papéis entre os participantes, que é a proposta de alguns grupos autogestionados, não só não evita como pode até mesmo favorecer o surgimento de indivíduos ou grupos tomando a liderança em decisões importantes (Freeman, 1970).

A formação de grupos de afinidade, no entanto, coincide com as uniões egoístas propostas por Stirner, quando o objetivo é criar espaço para a sociabilidade anarquista. Mas neste caso, o encontro é motivado por causa própria, o interesse do indivíduo:

(...) há tanta coisa a querer ser minha causa!
A começar pela boa causa, depois a causa de Deus, a causa da humanidade, da verdade, da liberdade, do humanitarismo, da justiça; para além disso, a causa do meu povo, do meu príncipe, da minha pátria, e finalmente até a causa do espírito e milhares de outros. A única coisa que não está prevista é que minha causa seja a causa de mim mesmo!
(Stirner, 2004, p. 9).

Nos anarcoindividualistas, além da aversão a normas, a leis e ao Estado enquanto construção social, também há um sentimento enraizado de ceticismo em relação às revoluções. “As revoluções autênticas se experimentam nas consciências e nos pequenos atos cotidianos. E isso significará, para muitos individualistas, uma implacável hostilidade contra as convenções sociais” (Díez, 2006, p. 31). Tal hostilidade visa criar distanciamento a governamentalidades, na qual autoridades as mais diversas guiam condutas em coerência com a lógica das grandes organizações e são assumidas e naturalizadas pelos indivíduos:

“As práticas anarquistas se chocam com um conjunto de táticas, preceitos e instituições que regulam e guiam os indivíduos em suas particularidades e em seu conjunto articulado, traço marcante do exercício do poder moderno como anotou Foucault por meio da noção de governamentalidade (Augusto, 2013, p. 20).”

Quando se pensa em um grupo organizado, visualiza-se alguma forma de coesão. Ou seja, das práticas e condutas dentro de um grupo espera-se que sejam coerentes umas com as outras, que não haja ruptura muito grande entre posicionamentos e posturas. O nível de coesão interno varia tanto quanto o nível de afinidade, organização, centralização ou comando. Sempre há nesses grupos mais coesos algum tipo de disciplinamento das condutas e de objetividade em termos de ganhos. Aí as estratégias e os cálculos de riscos e benefícios se inserem com maior facilidade, assim como ocorre em empresas e organizações burocráticas, que atuam com objetividade e controle de condutas.

Sem o viés anti-organizativo, mas tam-

bém demonstrando preocupação com as vivências cotidianas libertárias, Bakunin defende que a ação coletiva, dos grupos, tem maior potencial revolucionário que as ações individuais dispersas: “Somente quando unamos e combinemos nossos meios e ações poderemos criar o capital (o poder de organização) capaz de enfrentar o capital combinado (de forças combinadas) de nossos adversários” (Bakunin, 2013, p. 73). O objetivo seria substituir o governo centralizado, porém criando novas ordens autônomas: “para que essa descentralização seja possível é necessário contar com uma verdadeira organização e esta não pode existir sem certo grau de regulamentação, que é, depois de tudo, simplesmente o produto de um acordo ou contrato mútuo” (*ibid.*).

A forma de ação coletiva para a destruição do poder estatal, proposta por Bakunin, perpassa a espontaneidade e o caos produzido pelas revoltas indignadas de cada rebelde que ama sua liberdade:

A insurreição popular, por sua própria natureza, é espontânea, caótica e desapiedada; supõe sempre a destruição de sua propriedade e da alheia. As massas do povo estão sempre dispostas a se sacrificar e o que as converte em uma força dura e selvagem, capaz de atos heroicos e de objetivos em aparência impossíveis, é que possuem muito pouco e com frequência absolutamente nada e que, por tanto, não estão corrompidas pelo desejo de propriedade. Se a vitória ou a defesa o exigem, não se deterão nem ante a destruição de suas próprias aldeias e, considerando que, além disso, a propriedade não está em seu poder, podem chegar a evidenciar uma verdadeira paixão pela destruição (Bakunin, 2013, p. 74)⁴³.

A tática *black bloc* parece se evidenciar no meio caminho entre o individualismo de Stirner e o coletivismo de Bakunin. No que tange ao individualismo, a espontaneidade com que indivíduos se encontram para expressar revolta ao sistema, sem ação coordenada, sem asso-

43 Tradução própria.

ciação ou movimento constituído para organizar as ações, sugere um encontro de afins com nenhum ou com baixo nível de articulação prévia e permanente. Por outro lado, a ação em grupo, a subversão súbita da ordem centralizada, que poderia ser o prenúncio de uma revolução violenta, aproxima a tática a sublevações revolucionárias. Dependeria talvez do número de revoltados, da coordenação das ações ou da perduração dos atos para que tenham êxito na destruição das instituições do *establishment*.

O enfrentamento com as forças da ordem com o uso da tática nas manifestações que temos presenciado no Brasil não aparenta ser de combate, e sim de resistência, já que manifestantes atiram pedras contra policiais dotados de capacetes, escudos, fuzis com bala de borracha, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. O potencial revolucionário de uma tática de confronto que não se trata de eliminar o adversário se assemelharia mais à desobediência civil, da qual Gandhi foi partidário. Aparentemente, os ativistas e as tendências hodiernas do anarquismo se distanciam do objetivo de eliminação do

adversário⁴⁴, se centrando mais na afirmação individual de autonomia e de resistência à ordem instituída.

Resistência e sub-versão

Para discutir a tática *black bloc* no contexto dos movimentos sociais é interessante partir da distinção das categorias de incidência, dissidência e resistência. No âmbito da incidência estariam aqueles movimentos dispostos a participar dos canais de diálogo do Estado, aqueles que são muito pragmáticos, possuem estratégias bem estabelecidas, possuem líderes e porta-vozes para negociar, dialogar, participar de conselhos e etc. Enquanto os grupos de dissidência não aceitariam se subordinar a uma ordem estatal e a políticas partidárias, mas estão abertos ao diálogo, à negociação, vislumbram reformas nas instituições políticas. Ainda que discordem de quem está governando e não aceitem dialogar através de canais institucionais já estabelecidos, reivindicam regulações e políticas públicas estatais.

Já na resistência estão os grupos que expres-

44 Foucault, cujas reflexões são frequentemente utilizadas para embasar novas compreensões de anarquismo, chegou a afirmar que propósitos de eliminação do adversário, como as socialistas e as do anarquismo do final do século XIX, coincidem com práticas racistas bastante semelhantes às que deram origem ao fascismo (Foucault, 2005).

sam um dissenso radical a ordem constituída. Não buscam diálogo, não reivindicam políticas ou leis centralizadas e não aceitam negociações com o Estado. A tática *black bloc* como forma de expressão política anarquista se aproxima da resistência, evitando o disciplinamento e o controle social sobre condutas, desejos e atuações individuais. A racionalidade moderna, focada em estratégias de vida baseadas principalmente em termos de ganhos econômicos e a concepção de construção unitária de uma sociedade coesa é um dos pilares do confronto.

A rejeição das práticas de resistência ao discurso majoritário e à criação de unidade repercute na ausência de preocupação com uma questão política frequentemente enfocada por outros movimentos: a legitimidade. Apesar das pesquisas de opinião constantemente indicarem que a maior parte da população apoia os protestos, mas não apoia a ação dos *black blocs* (Datafolha, 2013), seus ativistas continuam repetindo a tática nas manifestações. Ou seja, não dão muita importância para as pesquisas de opinião, as opiniões majoritárias publicadas e mesmo a aceitação da sociedade. Uma política de resistência, uma atuação que não busca legitimidade, também não busca

aprovação da ordem instituída. Se há busca por aceitação e aprovação das maiorias, que têm mais voz na sociedade, dificilmente poderia ser enquadrada como ação de resistência. No caso, seria mais claramente uma atuação de busca de legitimidade e inclusão naquela ordem. Não se trataria de resistência e sim de incidência, uma busca de se incluir.

Quando não há qualquer consideração para as preferências da ordem, das maiorias, dos meios de comunicação, das forças policiais, etc., então atua-se com ações diretas de repúdio radical coletivo, independente de opiniões alheias. Não se busca aí justificar tais ações. De fato, pelos materiais produzidos e divulgados em meios digitais afins aos adeptos da tática, não se verifica formulações explicativas justificando ou desculpando por atos de vandalismo. Deleuze fala de sub-versão. Uma versão minoritária de uma prática, de um tipo de existência que não se pretende majoritária. Não se pretende ganhar o apoio de todos ou se tornar hegemônica. As práticas subversivas pretendem justamente permanecer no subterrâneo, como ações não incluídas na ordem predominantemente instituída.

Há então, por parte da sociedade, fortes iniciati-

vas de desqualificar tais práticas marginais, que não se pretendem majoritárias. Então a tática *black bloc* é amplamente criticada por amplos setores da sociedade. Os chamam de vândalos, de arruaceiros, de criminosos, tentando ignorar e retirar o aspecto político da ação direta. Ao esvaziar e desconsiderar o lado político das ações, denominando os jovens mascarados como vândalos criminosos sem consciência política, legitima-se a violência policial autorizando a repressão que visa extinguir as práticas. A partir daí busca-se enquadrar o bom manifestante, o mau manifestante; o manifestante civilizado, o manifestante vândalo, com alguns chegando até mesmo a propor que manifestações se realizassem somente em sambódromos. Curioso notar que o regime que se pretende democrático não tem sido capaz de aceitar formas heterodoxas de ação política coletiva.

Por outro lado, não surpreende a polícia reprimir com violência, ainda que se trate de um autodenominado Estado Democrático de Direito. A democracia enquanto regime centralizado se diferencia de outros regimes principalmente pela legitimidade e consentimento que é conferido às autoridades e leis. Desafios coletivos a essa legitimidade, como as ações

subversivas que enfrentam, provocam e contestam frontalmente e bastante graficamente à ordem, são perigosos por exibir rejeições frontais ao conjunto das instituições e normas políticas. Por tratar-se de um Estado com o monopólio da violência e com a necessidade de incontestável legitimidade de suas instituições, é de se esperar que formas de dissenso coletivo que levem ao questionamento sobre sua própria existência e legitimidade seja duramente coibido. Neste sentido, o Estado Democrático de Direito, da igualdade jurídico-política, dos direitos humanos, da ação comedida e racional das forças de segurança, se apresenta como verdadeira utopia. Recupera-se nessas ações a noção de poder soberano foucaultiana.

Terrorismo de Estado como resposta

Em seus estudos sobre o poder soberano durante a idade média, Foucault demonstrou como os grandes monarcas tinham controle sobre a vida e a morte dos indivíduos com base na lógica da afirmação e manutenção do poder (Foucault, 2006). Eram necessárias demonstrações de força e de autoridade. O poder do soberano não podia jamais ser desa-

fiado e o esforço era em demonstrar que a vida dos súbditos estava diretamente submetida às vontades do soberano. Se na Idade Média o fato ocorria para afugentar ameaças aos reinados, na modernidade o mesmo ocorre como forma de manutenção das instituições políticas liberais, das outorgadas liberdades individuais, do direito à propriedade privada e de todo o sistema político e econômico predominante e, principalmente, da legitimidade do próprio Estado.

A brutalidade policial em protestos e manifestações, que ocorre havendo ou não atos de vandalismo, os armamentos e vestimentas que exibem, na maior parte das vezes carente de identificação do oficial, parecem ter o efeito de inibir condutas a partir do temor às ações violentas das forças policiais. Neste caso, se explicita não o direito de morte do soberano sobre seus súditos, que fazia morrer sempre que seu poder fosse desafiado. A democracia liberal tem a vantagem de expressar sua herança autoritária de forma sutil. Agora, há o direito à tortura, não à morte. Policiais das forças especiais não podem matar manifestantes no Brasil atual, mas pouco ou nada lhes ocorrerá se provocarem graves ferimentos a manifestantes⁴⁵.

45 Cf. MORAES, Maurício: *Nenhum PM foi punido desde junho por incidentes em protestos em SP*. BBC Brasil, 19 de Fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140216_investi

Esse atropelo sistemático ao Estado de Direito configura o que Branco (2014) denomina “terrorismo de Estado”, que é a:

(...) manifestação da violência do Estado face à sua população e ao sistema legal. Na raiz e no cerne da racionalidade política está a violência, a tendência ao genocídio e à produção da morte, fato irrefutável do presente histórico. O Estado e o crime de Estado são manifestações da própria razão de ser do Estado. (Branco, 2014, p. 10)

Com o monopólio da violência, o Estado mantém a política do medo às forças da ordem, como instrumento disciplinador. Se antes o objetivo era demonstrar o poder do monarca, atualmente o foco é determinar as condutas. A obediência, que segundo Montesquieu⁴⁶ deveria, na república, se pautar à convicção sobre as leis e instituições, quando tal convicção se mostra inexistente, o recurso do Estado é a política do medo, típica do despotismo. Na atualidade, os instrumentos de disciplinamento estão mais di-

[gacao_pm_protestos_mm_lgb](#). Acesso: 25/01/2015.

46 Na obra O Espírito das Leis.

versificados e atuam sobre as consciências e os corpos (Foucault, 2009). O que evidentemente contribui a minorar a adesão popular a revoltas e insurreições. Corpos dóceis, obedientes e comprometidos com a incidência, ou aperfeiçoamento do sistema, é o que o Estado democrático precisa para sua sobrevivência (Tótorra, 2011).

O anonimato das ações subversivas de mascarados incide radicalmente e de maneira transversal contra as possibilidades e mecanismos de controle, abrindo linhas de fuga aos disciplinamentos ostensivos da atualidade. Na sociedade de controle cada indivíduo tem seu número, RG, CPF, matrícula escolar ou do trabalho, se tornando divisível para cada local e função que exerce em cada momento, o que leva Deleuze a denominar que passamos a ser *divíduos* e não mais indivíduos (Deleuze, 1992). Câmeras de monitoramento por toda parte, assim como diversas tecnologias de controle e vigilância, faz com que tenhamos perfeitamente claro que é fácil para as forças da ordem nos identificar quem somos, aonde moramos, por onde circulamos e todos nossos vínculos institucionais. O anonimato incide diretamente aí. É uma forma de resistência à ordem do controle e da

legalidade.

É importante destacar o aspecto da expressão de autonomia nos *black blocs*. Na ação de depredação, o ativista da ação direta não está, obviamente, se pautando pela legalidade, não está considerando o código civil, penal, a constituição federal ou ainda pedindo licença, autorização para seu ato político. O anonimato justamente dá poder e autonomia a sociedades, grupos, coletivos e indivíduos a agirem além das regulações que o Estado estabelece para disciplinar e controlar condutas. A ação política autônoma extravasa os limites legais e as regulamentações de como deve se pautar.

Quando o Estado ou outras organizações sociais estabelecem espaços determinados de liberdade, as condutas individuais não são determinadas pela ética pessoal. Não se possibilita com isso o amplo desenvolvimento da potencialidade e da criatividade individual, assumindo como certa a hipótese hobbesiana de que os indivíduos não sabem se relacionar e se respeitar mutuamente. Portanto carecem de um mediador moralizante, que determinará suas preferências subjetivas e suas condutas cotidianas. As delimitações sobre desejos e condutas individuais e

coletivas geralmente servem aos propósitos do que Foucault identificou como razão governamental e razão de Estado (Foucault, 2008). A gestão de indivíduos e populações atende a uma racionalidade que desde a revolução industrial têm sido de cunho eminentemente econômico e que encontram no aparato estatal a estrutura adequada para a manutenção da ordem.

O anarquista considera a liberdade algo inexchangeavelmente próprio de si. Qualquer um que queira estipular os âmbitos e extensões da mesma, delimitar suas formas ou conteúdos é considerado um usurpador, um tirano a ser combatido (Cf. Proudhon, 1986). A vida conduzida, escravizada, condenada a seguir regras externas não oferece espaços à vitalidade, às potências individuais que permitem aflorar o que cada um tem de melhor a oferecer ao mundo. Sem liberdade não há, portanto, vida. A ação direta anarquista age justamente aí. Onde a liberdade e a autonomia sofrem ameaças de serem restringidas, representadas, a ação demonstra o rechaço frontal, o combate necessário para desfazer amarras e tensões constritoras, que impõem subordinação a regras, a autoridades, a morais, tradições e convenções estabelecidas.

Disseminando liberações

Uma ferramenta analítica bastante útil para compreender a ação direta empreendida na tática *black bloc* é através das linhas duras, linhas flexíveis e linhas de fuga, propostas por Deleuze e Guattari (1996). As linhas de fuga representam a capacidade de criar ruptura, de surpreender, de ser imprevisível, tornando reais atuações heterodoxas, fora das rotinas tradicionais. A tática *black bloc*, neste sentido, pode ser esgotável se não se renovar, perder seu brilho inovador, contestador, violentador da ordem e da estética inercial em que ativistas se comportam em atos públicos coletivos.

Uma problematização que pode ser feita a esse respeito é pensar na hipótese: e se as instituições políticas democráticas, com sua elevada capacidade de inclusão e captura do dissenso, legalizassem determinados tipos de vandalismo? Como ficaria a tática nesse contexto? Certamente, se quebrar vidraças fosse permitido, a tática *black bloc* teria que encontrar novos alvos, que desafiassem a ordem jurídica, as autoridades repressivas e a legitimidade das ordens política e econômica.

A provocação às forças policiais por parte dos ativistas adeptos da tática é evidente. Vestidos de preto, encapuzados e empunhando paus e pedras, destroem vidraças de bancos e outros grandes estabelecimentos comerciais ou estatais a poucos metros das barreiras policiais. Defensores da integridade da propriedade, mais que da humana, os policiais agem com violência contra os manifestantes, dispersando as manifestações. Fato que leva muitos ativistas da esquerda capitalista, que reivindicam reformas, a questionar as reais intenções dos adeptos da tática (Scalzilli, 2014).

O efeito de enfrentar o medo e deixar extravasar a indignação pode ter repercussão viral, de motivar novos manifestantes, desrespeitados e encurralados pela polícia, a agir da mesma forma. O vírus da revolta também pode se disseminar por distintos meios e aspectos da vida cotidiana. Ele tem sua força não na ação unitária pontual sobre seu alvo, no caso, vidraças de bancos bilionários. A ação em nada debilitará o lucro do banco ou mesmo a estabilidade do mercado financeiro. Porém, ao se disseminar e contaminar centenas, milhares de outros ativistas igualmente indignados, acaba-se por difundir a

rejeição radical ao sistema político e econômico. O vírus da revolta explicita que é possível viver sem medo de expressar as angústias e frustrações que somos disciplinados a resignar-nos e a conviver. Uma demonstração pública de revolta, de enfrentamento a verdades estabelecidas, como a do supostamente necessário respeito a autoridades e à propriedade privada, por exemplo, abre portas para outros indivíduos expressarem sua indignação de forma crescente. Quebrando ou não vidraças, a ação dos anarquistas hoje está pautada em desafiar as ordens constituídas, as morais vigentes, a respeitar seus próprios sentimentos e desejos, muito além dos disciplinamentos, vigilâncias, controles e autorizações oficiais com os quais convivemos diariamente.

Nas sociedades atuais, os trabalhadores são chamados a deixar os sentimentos apartados da vida coletiva. A produtividade do trabalho mecanizado, nem sequer possui qualquer preocupação ou interesse pelos sentimentos alheios, pelos desejos. O indivíduo moderno é treinado, disciplinado a seguir ordens, a ser produtivo no trabalho. Expressões emocionais são isoladas da convivência pública, são proibidas e coibidas. Raiva, amor e ansiedade são

temas da vida privada, individual. A raiva ao modo de vida determinado pelo Estado, o mercado e as igrejas é despolitizada e patologizada, submetida ao ostracismo coletivo e a tratamentos. Se esconde nas impessoais interações sociais que ocorrem principalmente no meio urbano. Com a exceção do desejo de posse, que é diariamente estimulado pelas técnicas de marketing ao consumo, o ser humano tem sido desumanizado, para que sua vivência maquínica-produtivista obtenha melhores resultados.

Ação desenfreada, descontrolada de indignação dos corajosos meninos e meninas que atuam nas linhas de frente das manifestações, propõe colocar um basta na frieza da vida burguesa, lançando a raiva como ingrediente aceitável de expressão política. Diante de tal ruptura, ninguém passa ileso. Os meios de comunicação não conseguem ignorar os atos espetaculares e pirotécnicos e acabam não conseguindo ocultar integralmente a violência policial. Os representantes políticos tampouco conseguem ignorar as cenas de caos e indignação. Na verdade mal sabem como reagir. Tais atos não constam na gramática política da democracia liberal, embora a repressão seja indissociável à gramática do Estado.

A luta dos movimentos de resistência, entretanto, não cessa. O caminho para ampliar liberdades, igualdades, que resultariam em fraternidade, não é oferecido gratuitamente por agentes da ordem, mas reivindicado por grupos corajosos, que desafiam o medo infligido de cima à baixo e que ousam desafiar as forças da ordem. Em cada época, os rebeldes empregam novas táticas, novas estratégias para esticar o lado humano da ordem existente, atuando à margem da mesma, por fora de suas engrenagens envelhecidas. Atualmente, as revoltas têm ocorrido nas ruas e têm se mostrado contrárias às instituições públicas, nada muda se os ataques são deferidos a tribunais de justiça ou a ônibus, ou aos grandes representantes do capital privado. Basicamente, a revolta é contra a ordem instituída que nos faz deixar de lado sentimentos destrutivos para atuar racionalmente e maquinicamente no mercado de trabalho e na convivência “pacificada” em espaços públicos.

O destaque ao pacificada é porque a paz não é dada, é construída por uns, sob o preço da opressão de outros. Essa opressão é também aquela do silêncio, da resignação, da subordinação cotidiana, que de tão naturalizada passa despercebida para a maioria das

pessoas. Na ação racional com base a fins, que somos chamados a atuar não cabe a ação rebelde. A revolta não pode ser analisada com base em uma ação racional, de avaliação de seus resultados, quando nem sequer tem objetivos concretos. Revolta implica uma expressão urgente, radical e coletiva de indignação e dissenso. Trata-se de uma explosão política e de sentimentos. Reprimir violentamente tais sentimentos, como tem ocorrido, pode ampliá-los ou incutir artificialmente um estado de aceitação da ordem social, que transmite a sensação de paz, quando na realidade essa paz é falsa, não ocorre naturalmente.

A revolta nas ruas permite o encontro de revoltados. A afirmação parece óbvia, mas ganha relevância na medida em que se abre o espaço para a livre pronúncia coletiva da rejeição aos macro-sistemas dominantes. Ao ser expressada por uns, permite que outros também atuem e demonstrem seu dissenso e indignação. Neste sentido, pode ser entendida como catalisadora de liberações das amarras sociais que se acomodam em cada indivíduo e que conduzem à resignação. Com a ação direta há rupturas. Ações e percepções heterodoxas revelam-se na intensidade em que são provocadas pelo calor da revolta e da repressão.

Referências bibliográficas

Augusto, A., 2013. *Política e antipolítica: anarquia contemporânea, revolta e cultura libertária*, São Paulo: s.n.

Bakunin, M., 2013. *Táticas Revolucionarias*. Buenos Aires: Terramar Ediciones.

Branco, G. C., 2014. Violência de Estado. *ecopolítica*, Maio-Agosto, Volume 9, pp. 2-12.

Datafolha, 2013. *Termômetro paulistano - Manifestações PO813712 - 25/10/2013*, São Paulo: s.n.

Deleuze, G., 1992. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F., 1996. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: 34.

Díez, X., 2006. La Insumisión Voluntária: El anarquismo individualista español durante la Dictadura y la Segunda República (1923-1938). *Germinal*, Abril. pp. 23-58.

Dupuis-Déri, F., 2014. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta.

Foucault, M., 2005. Aula de 17 de Março de 1976. In: *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France 1975-1976*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 285-315.

Foucault, M., 2006. Direito de Morte e Poder sobre a Vida. In: *História da Sexualidade, vol. 1: A vontade de saber*. São Paulo: Graal.

Foucault, M., 2008. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M., 2009. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Freeman, J., 1970. *A tirania das organizações sem estrutura*. [Online] Available at: <http://www.nodo50.org/in-surgentes/textos/autonomia/21tirania.htm> [Acesso em 20 Janeiro 2015].

Guattari, F. & Rolnik, S., 1986. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Segunda ed. Petrópolis: Vozes.

Proudhon, P.-J., 1866. *Proudhon*. São Paulo: Ática.

Scalzilli, G., 2014. O Baile dos Mascarados. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Março.p. 30.

Stirner, M., 2004. *O Único e a sua Propriedade*. Lisboa: Antígona.

Tótor, S., 2011. Foucault: Biopolítica e Governamentalidade Neoliberal. *REU*, 37(2), pp. 81-100.

CONTRA-ISSO-QUE-ESTÁ-AÍ: O NIILISMO NAS JORNADAS DE JUNHO⁴⁷

Vitor Cei⁴⁸

Os protestos no Brasil em junho de 2013, também conhecidos como manifestações dos 20 centavos ou jornadas de junho, considerados um dos maiores movimentos políticos da história do país, apontam para a crise do espaço público e o acirramento das lutas de classes, onde se produzem e se enfrentam posições heterogêneas e antagônicas.

A fim de avaliar a diversidade de agendas políticas trazidas por diferentes movimentos sociais durante as jornadas de junho, o Laboratório de Estudos em Imagem e Cibercultura (Labic) da UFES, coordenado por Fabio Malini, monitorou as *hashtags* que apareceram no Twitter durante os protestos: #VemPraRua, #PasseLivre,

47 Uma versão prévia e resumida deste artigo foi publicada no *Observatório da Imprensa*, em 17/06/2014, com o título "Os coxinhas niilistas".

48 Doutor em Estudos Literários pela UFMG. Atualmente é professor do curso de licenciatura em Filosofia da SEAD-UFES.

#Protesto e #OGiganteAcordou, dentre outras. Os pesquisadores do Labic avaliam que as diversas *hashtags* encontradas a partir da coleta de dados na rede social vão amadurecendo e formando outras mobilizações políticas. Constituem, assim, um movimento que, apesar de difuso, se consolidou em algumas agendas e têm pautas bastante concretas⁴⁹.

Malini e os pesquisadores do Labic identificaram cinco grandes grupos participantes das jornadas de junho, classificando-os de acordo com sua perspectiva em relação à palavra-chave “vandalismo”: 1º) *Conservadores*: estão vinculados a um pensamento capitalista e condenam o vandalismo por ser um ato contra a propriedade privada; 2º) *Governistas*: afirmam que o vandalismo é contrário ao estado de direito; 3º) *Indignados*: perfis que nasceram na internet a partir das ruas e dizem que vândalo é o Estado; 4º) *Celebridades*: artistas, políticos e outros indivíduos de grande popularidade que discutem o vandalismo de forma primitiva, como sinônimo de violência; 5º) *Niilistas*: não acreditam em nenhuma dessas subjetividades, criticam a tudo

49 Cf. MALINI et al. #VemPraRua; LIMA. *Manifestações de junho*.

e a todos e adotam o discurso de que ninguém pode dar solução à sociedade brasileira atual.

Os cinco grupos supracitados, que têm pouco diálogo entre si, são difusos e se atualizam com a mesma frequência de um aplicativo de telefone celular. Por conseguinte, eles não formam massas organizadas, mas sim o que Theodor Adorno designou “multidões acidentais da cidade grande”⁵⁰. Por isso, parte da tarefa dos agitadores consiste em fazer a multidão acreditar que é organizada como um Exército ou uma Igreja. Daí a tendência para o uso de símbolos comuns, como camisa branca, nariz de palhaço e máscaras de Guy Fawkes.

O caráter fracamente coeso de tais multidões heterogêneas poderia comprometer a minha análise, se ela tivesse pretensões de universalidade – o que não é o caso. Contento-me com uma análise pontual de apenas um segmento dos manifestantes, o dos niilistas, dividindo-o em duas subcategorias: niilistas passivos (que eu denomino “coxinhas niilistas”) e niilistas ativos (os *black blocs*). Dedico-me apenas aos coxinhas niilistas, pois a tática *black bloc* está

⁵⁰ Adorno. *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*, p. 7.

muito bem contemplada neste livro pelos artigos de Davis Alvim e Paulo Resende⁵¹.

Reivindico que os protestos de 2013, ao apresentarem uma nova configuração política, à margem de partidos, organizações e repleta de tendências niilistas, compõem um dos exemplos mais marcantes da presença do niilismo contemporâneo. Concordo com Marco Aurélio Nogueira, autor de *As ruas e a democracia*, quando ele diz que não faz sentido romantizar os protestos, vê-los como sendo o anúncio de uma democracia revitalizada e ignorar que eles foram uma “terra de ninguém”, aberta ao protagonismo genérico de muitos grupos e indivíduos. As vozes da revolta verbalizaram demandas reais, mas também muita intolerância e incompreensão. Disseram muitas coisas, mas não forneceram soluções⁵².

O que é isto – o niilismo?

O conceito de niilismo (do latim *nihil*, “nada”), em uso desde o século XVIII, designa

51 Cf. ALVIM. “Destruir, para reconstruir”: a tática black bloc e a pedagogia das vidraças; RESENDE. A tática black bloc e a liberação anárquica do dissenso.

52 Cf. NOGUEIRA. *As ruas e a democracia*, p. 24.

a perspectiva de negação absoluta de todos os valores e princípios estabelecidos pela tradição, sejam de ordem ontológica, epistemológica, religiosa, social, moral ou política. Indica, ainda, a expressão de esforços artísticos, literários e filosóficos voltados para a experimentação do poder do negativo e para a vivência de suas consequências, trazendo à luz o profundo mal-estar da modernidade⁵³.

No século XIX “niilismo” começou a ser um termo de frequente circulação entre escritores, críticos e filósofos europeus, ganhando destaque na literatura russa, em obras de autores como Fiódor Dostoievski e Ivan Turguêniev. O autor de *Pais e Filhos* ficou célebre por ter popularizado a palavra e equivocadamente costuma receber sua paternidade⁵⁴.

O primeiro filósofo que se dedicou a pensar o niilismo como um dos conceitos centrais de sua obra foi Friedrich W. Nietzsche, que, embora não tenha feito estudos sistemáticos sobre o tema, tendo apresentado suas reflexões em trechos esparsos de suas obras e manuscritos,

53 Cf. VOLPI. *O niilismo*, p. 7.

54 Sobre a história do niilismo como conceito e problema, cf. VOLPI. *O niilismo*.

consagrou-se como o autor oitocentista a partir do qual a reflexão sobre o niilismo alcançou seu mais alto grau. Após Nietzsche, segundo Adorno, “a filosofia não pôde mais renunciar a esse termo”⁵⁵.

Identificado por Nietzsche como o esgotamento da capacidade humana de criação de sentido e de valor, o niilismo ganhou repercussão a partir da situação de crise dos valores da segunda metade do século XIX, no contexto do problema axiológico gerado pela imagem científica de um mundo mecanicista e “essencialmente *desprovido de sentido*”⁵⁶.

O niilismo, “radical rejeição de valor, sentido, desejo”⁵⁷, é designado como o fenômeno descomunal do esgotamento dos valores e dos ideais que sustentavam as esferas valorativas do mundo ocidental moderno: artes, política, economia, metafísica, estética, ciência, moral, religião e até mesmo o chamado “senso comum”, que orienta os hábitos cotidianos das pessoas.

55 ADORNO. *Dialética Negativa*, p. 314.

56 NIETZSCHE. *A Gaia Ciência*, § 373, p. 277.

57 NIETZSCHE. *Nachgelassene Fragmente 1885-1887*, p. 125 (tradução minha).

Ao longo de suas reflexões fragmentárias, em estilo aforismático e perspectivista, Nietzsche analisa o problema do niilismo em suas nuances, apresentando segmentações do conceito, com destaque para as seguintes acepções: ativo e passivo. O primeiro aparece como a violenta radicalização da vontade de destruir, de ir além do mundo esvaziado de valores, tal como podemos ver nos niilistas/anarquistas do século XIX e nos *black blocs* do século XXI, que exprimem o sinal de uma força insuficiente para, produtivamente, instituir novamente uma finalidade, um porquê, uma crença.

O niilismo passivo, cujo maior exemplo é o budismo, põe em cena um estado patológico intermediário: as suas forças produtivas ainda não são suficientemente fortes e a decadência ainda hesita. Ele surge em sociedades que se encontram desestruturadas, caracterizando a perda do sentido dos valores estabelecidos. Motivo de ressentimento, regressão e declínio, é incapaz de criar novos valores:

Niilismo como decadência e diminuição do poder do espírito: o niilismo passivo como um sinal de fraqueza: a força do espírito pode estar cansada, esgotada, de modo que as metas e valores até agora são inadequados e indignos de fé – de modo que a síntese de valores e metas (alicerce sob o qual se baseia toda cultura forte) se dissolve, de modo que os valores individuais fazem guerra entre si: decomposição que tudo refresca, cura, tranquiliza, aturde, em primeiro plano, sob diferentes disfarces, religioso ou moral, político ou estético, etc⁵⁸.

Se o niilismo acarreta a impossibilidade de fundamentar os valores que sustentam a vida em sociedade, o filósofo argumenta que a estratégia para superar o niilismo é reavaliar os valores que negam a vida. Nietzsche, interessado em tornar-se médico da civilização, quer superar o niilismo passivo a partir de uma transvalo-

58 NIETZSCHE. *Nachgelassene Fragmente 1885-1887*, p. 351 (tradução minha).

ração de todos os valores⁵⁹, o que significa não apenas destruir os antigos valores, mas também o próprio espaço que ocupavam, o do mundo ideal, pretensamente verdadeiro. Assim, alcança-se a possibilidade de se completar o niilismo e ganhar a condição necessária à instauração de novas maneiras de avaliar:

O niilismo aparece agora *não* porque o desprazer na existência fosse maior do que antes, senão porque, em geral, nos tornamos desconfiados de um “sentido” no mal, sim, na existência. Uma interpretação soçobrou: porém, porque ela valia como a interpretação, parece como se não houvesse absolutamente nenhum sentido na existência, como se tudo fosse *em vão*. Fica por demonstrar que esse “em vão” é o caráter de nosso niilismo atual⁶⁰.

59 Foge ao escopo deste artigo uma discussão sobre a “tentativa de uma transvaloração de todos os valores” (*Ein Versuch der Umwerthung aller Werte*), expressão cunhada por Nietzsche em uma anotação de 1884. Cf. NIETZSCHE. *Nachgelassene Fragmente 1884-1885*, p. 218 (tradução minha).

60 NIETZSCHE. *O niilismo europeu*, p. 56-57.

Esse “em vão” constitui um procedimento de desmonte de premissas e valores preestabelecidos, negando-os no geral sem propor nada para substituí-los, o que torna o niilismo radicalmente distinto da utopia, que nega valores instituídos a fim de afirmar outras perspectivas. Não é circunstancial que os niilistas desacreditem, diminuam e neguem precisamente a perspectiva utópica de povos e movimentos sociais, acusando-a de inútil quimera idealista de ignorantes⁶¹.

Adorno indica que os discursos niilistas, proferidos por aqueles que se recusam a entrar na herança ocidental da positividade e não subscrevem nenhum sentido para o existente, são apropriados para suscitar o ódio, demolindo um espantelho que eles mesmos haviam criado, pois a sentença segundo a qual “tudo é nada” é vazia, mera niilidade abstrata:

61 Cf. SOARES. *Cinismo, niilismo e utopia*.

O fato de os homens quererem o nada, como Nietzsche vez por outra sugere, seria uma *hybris* ridícula para toda vontade individual determinada, até mesmo se a sociedade organizada *conseguisse* tornar a terra inabitável ou a lançasse pelos ares. Acreditar no nada – é difícil pensar com essa proposição mais do que com o próprio nada; o algo que, de maneira legítima ou não, é visado pela palavra “crença” não é, segundo a própria significação da palavra, um nada. Assim, a crença no nada seria tão insípida quanto a crença no ser, quietivo do espírito que orgulhosamente encontra sua satisfação sem se aperceber do engodo⁶².

Conforme Nietzsche, a condição niilista surge com a experiência histórica da ausência de fundamento, quando o homem moderno passa a depreciar os valores tradicionais e a dissolver os princípios e critérios absolutos basilares da vida em sociedade, lançado-os na nulidade e na inutilidade, gerando a degradação dos vínculos sociais: “Niilismo: falta o fim; falta a resposta ao

62 ADORNO. *Dialética Negativa*, p. 315.

‘Por quê’. Que significa niilismo? – Que os valores supremos desvalorizam-se”⁶³.

Nietzsche define o homem niilista como aquele que, arrebatado pelo sentimento de que tudo é em vão, experimenta o fastio da vida e aceita a dor como mais real que o prazer e a pulsão de aniquilação da vida como mais forte que a de afirmação: “Se um filósofo pudesse ser niilista, ele o seria porque encontra o nada por trás de todos os ideais do ser humano. Ou nem sequer o nada – mas apenas o que nada vale, o que é absurdo, doentio, covarde, cansado, toda espécie de borra da taça *esvaziada* de sua vida...”⁶⁴. As consequências são incerteza, ressentimento, regressão, declínio, desnorreamento, ruína dos valores tradicionais e incapacidade de criação de novos valores.

O niilismo político, segundo o qual a política não vale nada e não leva a nada, floresceu no império russo em meados do século XIX, como movimento de crítica ao *status quo*, desembocando no ativismo de tipo terrorista, confundindo-se com a doutrina anarquista que defende

63 NIETZSCHE. *Nachgelassene Fragmente 1885-1887*, p. 350 (tradução minha).

64 NIETZSCHE. *Crepúsculo dos ídolos*, IX, §32, p. 81.

o princípio da destruição de toda forma de Estado. Para o niilismo político russo só haverá progresso após a destruição de todas as instituições existentes. Exemplar é o discurso do personagem Pyotr Stepanovich Verkhovensky, líder de um pequeno grupo de militantes niilistas:

Nós vamos proclamar a destruição... por que, por que novamente essa pequena ideia é tão fascinante? Mas nós temos que fazer alguns exercícios. Nós vamos espalhar fogo... nós vamos espalhar lendas... Todo furioso pequeno grupo de cinco se provará útil. Eu vou encontrar esses devotados seguidores nestes grupos que estarão dispostos a atirar em qualquer pessoa e ainda se sentirão gratos pela honra. Bem, senhor, então o problema vai começar! Haverá caos como o mundo nunca viu... A Rússia será envolta em névoa e a Terra vai chorar por seus antigos deuses...⁶⁵.

65 DOSTOEVSKY. *Devils*, 446-447 (tradução minha).

Na Rússia do século XIX a palavra niilismo, usada como sinônimo de anarquismo e terrorismo, designava de forma pejorativa os movimentos de rebelião contra o czarismo, o imobilismo da sociedade e os seus valores. O atentado a bomba que matou o tsar russo Alexandre II em 13 de março de 1881 foi transformado num marco tanto da esquerda quanto da direita e o rótulo dado aos assassinos – “niilistas” – ganhou ares assombrosos⁶⁶.

Existe certa semelhança entre os niilistas/anarquistas russos do século XIX e os *black blocs* brasileiros do século XXI, mas tal relação foge ao escopo deste artigo. Importa, aqui, destacar que o niilismo político, aclimatado no Brasil e reconfigurado nas jornadas de junho, recebeu outras características. Enquanto os niilistas russos rejeitavam radicalmente as leis e as instituições formais, pregando a destruição das organizações políticas e sociais para abrir caminho a uma nova sociedade, os coxinhas niilistas brasileiros são marcados pela imobilidade, ou, para usarmos um conceito nietzschiano,

66 Cf. GOMIDE. *Da estepe à caatinga*, p. 27-77.

pela “paralisia da vontade”⁶⁷.

O nome “Coxinha”, como o leitor já deve saber, além de designar o salgadinho empanado e frito em forma de coxa de galinha, passou a fazer alusão aos playboys, mauricinhos e engomadinhos que, além de chamarem atenção pelo consumismo exagerado, possuem valores morais individualistas, convencionais e conservadores, como veremos a seguir.

O niilismo nas jornadas de junho

No dia 22 de junho de 2013 a historiadora Camila Lobato Rajão, avaliando que os protestos em Belo Horizonte se descaracterizaram em violência, desespero, correria e força física, postou a seguinte mensagem em seu mural do Facebook: “Chega no meu celular, às 17h28, a mensagem ‘Caiu outro do viaduto’. Simples e cruel. Caiu – Outro – Do – Viaduto. Caiu outro do viaduto em nome de quê?”, indaga Camila. Em nome de que milhares de brasileiros ocuparam as ruas do país em junho de 2013? Eis a questão. As respostas possíveis são muitas, como o leitor pode constatar na leitura deste livro. A

⁶⁷ NIETZSCHE. *Além do bem e do mal*, §208, p. 113.

minha hipótese interpretativa é que uma grande parcela dos manifestantes – que eu designo “coxinhas niilistas” – mobilizou-se em nome do nada. Uma postura de niilismo político, segundo o qual a política não vale nada e não leva a nada. Eles fizeram muito barulho em junho de 2013 e, apesar de não terem participado ativamente dos protestos seguintes, incluindo os de junho de 2014, continuaram se manifestando nas redes sociais como Twitter e Facebook.

Enquanto alguns grupos políticos apresentavam reivindicações claras, com uma concepção ética subjacente, os coxinhas niilistas almejavam um futuro abstratamente diverso sem possuir, porém, as forças (teóricas e práticas) necessárias para configurá-lo como uma alternativa possível, real e positiva. Milhares de manifestantes ofereciam apenas frases de efeito e gritos de guerra esvaziados de sentido, sem referências valorativas. Com perfil pacifista, paradoxalmente usavam a máscara de Guy Fawkes, soldado inglês que, em 1605, planejou explodir o Parlamento do Reino Unido; outros estavam em clima de festa, desfilando com rou-

pas brancas, nariz de palhaço e postando fotos no Facebook e no Instagram; as ruas do país e as redes sociais foram tomadas de gente que queria simplesmente o direito de se manifestar “contra-isso-que-está-aí”; pessoas insatisfeitas com tudo, que negavam tudo, queriam mudar tudo, mas sem saber bem o que; negavam a esquerda, negavam a direita, negavam o governo, queriam mudança, mas não sabiam para onde; pessoas que manifestavam a indiferença do niilismo, crendo que tudo é igual e nada faz sentido. Opondo-se a tudo, no fim das contas opõem-se a nada. Assim, fingem buscar liberdade, satisfeitos com a própria paralisia da vontade, espécie de servidão voluntária que revela estreiteza espiritual.

Podemos perceber uma experiência da negatividade radical, da ausência de fundamento, da voluptuosidade do nada. Nas ruas e redes sociais, insatisfações de todo tipo. Como se uma bolha tivesse estourado, os brasileiros tivessem finalmente olhado para a barbárie em volta e, aterrorizados, concluído que não estão satisfeitos com o estado de coisas que aí está.

Diante de tanta insatisfação, os niilistas apontam o dedo para os nossos políticos. Todos eles. De todos os partidos. “Direita? Esquerda? Eu quero é ir pra frente!”, alardeavam os coxinhas niilistas.

Exemplar é o discurso do coletivo Anonymous Brasil, formado por pessoas que “não se conformam com a forma que as coisas são e querem mudar o mundo para melhor”⁶⁸ – mas não definem o que seria um mundo melhor. Também merece menção a Página do Partido Militar Brasileiro no Facebook, onde se podiam ler comentários como “Manterei a minha cara de palhaço no perfil do Facebook até que o Brasil volte a ter o mínimo de decência que este vigente Regime Comunista nos subtraiu”⁶⁹. Nesse contexto, as *hashtags* favoritas eram #BrasilAcordou e #OGiganteAcordou, como se antes estivesse dormindo. Expressam, assim, uma autoimagem negativa e uma consciência niilista.

Coletivos como o Anonymous me parecem

68 Descrição do site Anonymous Brasil. Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/nos-somos-legiao/o-que-e-anonymous-como-possou-ajudar>>. Acesso em: 28/12/2014.

69 Comentário na página do Facebook PMB – Partido Militar Brasileiro, em 09/03/2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/partido-militarbrasileiro>>. Acesso em: 09/03/2014.

se enquadrar na categoria “incitador da turba”, avaliada por Adorno no ensaio *Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista*. O termo “incitador da turba”, apesar de censurável por seu desprezo inerente pelas massas enquanto tais, é em boa medida adequado já que expressa a atmosfera de agressividade emocional propositadamente promovida pelos agitadores, a fim de provocar na multidão a ação violenta sem qualquer objetivo político sensato. Assim como os fascistas norte-americanos descritos pelo filósofo de Frankfurt, os agitadores brasileiros preocupam-se pouco com questões políticas concretas e tangíveis. A maioria esmagadora de suas declarações são dirigidas *ad hominem*.

A similaridade das expressões de vários agitadores, das figuras bem conhecidas como Rachel Sheherazade e Jair Bolsonaro aos pequenos disseminadores provincianos de ódio, é tão grande que basta em princípio analisar as declarações de um deles para conhecê-los todos. Além disso, os próprios discursos são tão monótonos que, assim que se fica familiarizado com o número muito limitado de dispositivos em

estoque, o que se encontra são intermináveis repetições⁷⁰.

Tais discursos niilistas também são marcados por contradição performativa, que se manifesta na combinação ilógica entre as críticas que fazem de algumas mazelas sociais e a defesa pragmática de algumas dessas mazelas. Podemos ver, por exemplo, pessoas delirantes vociferando contra a “ditadura comunista” implantada pelo PT, ao mesmo tempo em que defendem uma nova ditadura militar. Assim, pretendem abolir a democracia através do apoio popular contra o princípio democrático. Exemplar é uma página do Facebook intitulada *Golpe Militar 2014*, que usa a *hashtag* #QueremosOsMilitares e afirma que “Nosso partido é o povo. Queremos os militares ao nosso lado [...] Estamos juntos contra a ditadura fascista da esquerda!”⁷¹. Enquanto isso, outros têm uma perspectiva salvacionista, vendo em Joaquim Barbosa, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, o Batman brasileiro, o futuro Presidente salvador da pátria, o messias que chegou para nos salvar.

70 Cf. ADORNO. *Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista*.

71 Disponível em: <<https://www.facebook.com/GolpeMilitar2014>>. Acesso em: 20/05/2014.

Parafraseando Nietzsche, eu digo que a visão da política agora cansa – o que é hoje o niilismo, se não isto? O povo brasileiro está cansado da política e dos políticos. Nesse sentido, boa parte do discurso de certa parcela de manifestantes – os coxinhas niilistas – pode ser considerada uma indignação sem direção, um grande desabafo inoperante, que gera um tipo de niilismo: a indiferenciação axiológica do “tudo se equivale”, presa de uma vontade de negar.

Esse desabafo inoperante e niilista constitui o procedimento de desmonte de premissas e valores preestabelecidos, negando-os no geral sem propor nada para substituí-los. Nesse sentido, como observou Luis Eustáquio Soares, o niilismo é radicalmente distinto da utopia, que nega valores instituídos a fim de afirmar outras perspectivas. Não é circunstancial que os niilistas desacreditem, diminuam e neguem precisamente a perspectiva utópica de povos e movimentos sociais, acusando-a de inútil quimera idealista de ignorantes⁷².

As jornadas de junho nos deixaram muito incertos do terreno em que pisamos, parecendo

⁷² Cf. SOARES. *Cinismo, niilismo e utopia*.

nos obrigar a sentirmos o incômodo do desenraizamento e da insipidez. Essas manifestações de um tempo em que a sociedade perdeu seu rumo – e no qual a mudança não conduz a uma renovação criativa – indicam a configuração sociopolítica de um Brasil em crise, debilitado pelos valores alterados ou em vias de alteração. As jornadas de junho mostraram que a política não é nada, não vale nada e não leva a nada. Revelam, assim, a impotência da sociedade em formular os valores que dariam sentido às ações dos indivíduos e conteúdos positivos à liberdade da vida na *pólis*.

Depois de junho: eleições na era de expectativas decrescentes

Paulo Arantes, em *O novo tempo do mundo*, avalia que o paradoxo das recentes manifestações mundo afora, incluindo as nossas jornadas de junho, é o renascimento da ação política direta em nossa era de expectativas decrescentes, marcada por uma generalizada ausência de perspectivas, por um estado de exceção perma-

nente, por contínuas guerras civis, militarização do cotidiano, catástrofe ambiental, colapso urbano relativização do valor da vida e “fuga para a frente”. Em outras palavras, niilismo.

O cenário internacional recente, especialmente após a intervenção norte-americana no Iraque, em 2003, ficou marcado por aquilo que o pensador israelense Eyal Weizman denominou “princípio do mal menor”, ou “visão panglossiana às avessas”, segundo a qual nós não viveríamos no melhor dos mundos possíveis (como acreditava Dr. Pangloss, personagem de Voltaire), mas num outro mundo, regido pelo princípio do menor de todos os males⁷³. Tal princípio tem ganhado importância em estudos jurídicos, políticos e culturais. É legítimo fazer o mal para evitar um mal maior? É justo sacrificar alguns inocentes para evitar o sacrifício de muitos? Quem tem o poder de decidir qual mal é maior e qual é menor? Uma democracia imposta à força realmente pode ser considerada uma democracia?

As eleições de 2014 foram marcadas por essa niilista visão panglossiana às avessas. Os

⁷³ Cf. WEIZMAN. *The Least of All Possible Evils*, apud ARANTES. *O novo tempo do mundo*, p. 357-358.

coxinhas niilistas, que manifestavam a indiferença do niilismo, crendo que tudo é igual e nada faz sentido, tornaram-se eleitores cansados da política e dos políticos. Sem uma concepção ética subjacente, as mesmas pessoas que durante os protestos ofereciam apenas frases de efeito e gritos de guerra esvaziados de sentido, sem referências valorativas, se juntaram a diversos brasileiros que passaram a adotar o princípio do mal menor. Muitos eleitores insatisfeitos escolheram seu candidato a partir desse princípio: dos males o menor.

Considerando o Estado um dispositivo peculiar baseado no cálculo dos mínimos vitais compatíveis com o exercício contínuo, porém calibrado, da violência de qualquer forma inevitável e perene, esses eleitores calcularam segundo algoritmos de escolhas entre danos que de qualquer modo serão infligidos – violência urbana, caos no trânsito, transporte público precário e corrupção. Há uma percepção generalizada de que nenhum desses problemas que afetam todos os moradores do Brasil, sejam ricos ou pobres, brasileiros ou estrangeiros, se-

ção plenamente sanados em curto prazo.

A política desse período, e não só dele, em boa medida não se fez por motivos ideológicos ou programáticos, mas pelo poder a qualquer custo. Chegar ao poder significa obter nomeada e benefícios para si próprio e seu grupo. Militantes e representantes dos principais partidos políticos, tanto à direita quanto à esquerda, lançaram mão dos mesmos recursos para alcançar as vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando a violência (prática ou simbólica) contra os adversários e apartidários. Afinal, no niilismo político de nossa época, em que princípios e critérios se dissolvem, importa individualizar o fundamento do poder, isto é, saber quem é que manda.

Nas últimas eleições, o processo democrático foi acompanhado de manifestações anti-democráticas, como coronelismo eletrônico⁷⁴, discurso de ódio⁷⁵, casos de censura⁷⁶, pedidos de intervenção militar⁷⁷, uso de informações sigilosas resultado de delações premiadas com o

74 STEVANIM. *As vertentes do coronelismo eletrônico.*

75 LIMA. *O que será feito do ódio e de sua linguagem?*

76 MORETZSOHN. *A imprensa conivente com a censura.*

77 SAFATLE. *Intervenção militar.*

objetivo de lograr vantagem política⁷⁸ e a tentativa de golpe midiático da revista *Veja*⁷⁹, dentre outras. Não obstante, por mais que alguns alucinados acreditem que o PT implantou uma ditadura comunista no Brasil, e que uma parcela do eleitorado aceite que todas as atitudes antidemocráticas supracitadas sejam tomadas para evitar um mal maior (a eleição do candidato adversário), nós ainda vivemos em um Estado Democrático de Direito. Uma democracia capenga, que precisa ser ampliada e aperfeiçoada, com reformas política, tributária, penitenciária, educacional, dentre outras. Para transformar o princípio do mal menor no princípio do bem maior, o povo brasileiro deve se unir e pressionar por vias democráticas não apenas a Presidente reeleita Dilma Roussef, mas principalmente os Deputados Federais e Senadores eleitos, porque os projetos de reforma do país precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional.

Considerações finais

Ainda é cedo para prognósticos. Não obs-

⁷⁸ MELLO. *O vazamento chantagem*.

⁷⁹ JOSÉ. *O golpe de Veja na eleição de 2014*.

tante, a dinâmica dos protestos urbanos e os movimentos reativos do governo federal e da oposição mostram que beiramos um abismo. O esforço e a criatividade dos agentes interessados vão, em grande parte, determinar o rumo da sociedade. Se o rumo for de protestos contra tudo e todos, contra-isso-que-está-aí e as reivindicações forem genéricas como contra a corrupção, contra a violência, pela paz, por saúde e educação, não chegaremos a lugar nenhum. Esse tipo de mobilização nunca deu em nada e nem vai dar em nada. Por outro lado, se as manifestações forem panelaços inconsequentes ou micaretas a favor de um injustificável impeachment da Presidente recentemente reeleita, alcançaremos o autoritarismo e o Estado de Exceção.

Diante da constatação de que o niilismo presente nas jornadas de junho é um dos grandes desafios da atualidade, pode-se aceitar o domínio do “em vão”, caindo no abismo, ou saltá-lo na direção de uma relação afirmativa para com a política. Mas não há, a rigor, uma superação do ni-

lismo integral e acabada. A resistência ao niilismo de que se trata aqui não constitui um estado final que possa ser atingido de uma vez por todas, mas é objeto de uma atividade permanente, porque a figura do niilista não pressupõe uma essência prévia ou posição estática: nós somos niilistas toda vez que lamentamos a ausência de sentido do mundo; somos anti-niilistas toda vez que somos capazes de atravessar o niilismo, criar valores e desenvolver formas de vida em que se verifique uma plena afirmação da imanência.

Se a política não tem sentido *a priori*, depende de cada cidadão conferir-lhe sentidos na medida em que afirmem seus valores. Que mudanças esperamos? Que sociedade queremos? O que caracteriza um mundo melhor? Que política desejamos? Sobre essa nossa decisão política e existencial se fundamenta a possibilidade de resistência ao niilismo.

Referências

ADORNO, Theodor. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *Margem Esquerda*, n. 7. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Dialética Negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DOSTOEVSKY, Fyodor. *Devils*. Trad. Michael R. Katz. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GOMIDE, Bruno Barretto. *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)*. São Paulo: EDUSP, 2011.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JOSÉ, Emiliano. O golpe de Veja na eleição de 2014. *Teoria & Debate*, n. 131, 18 dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/o-golpe-de-veja-na-eleicao-de-2014?page=full>>.

Acesso em: 27 dez. 2014.

LIMA, Luanda. Manifestações de junho: pesquisador mapeia mobilização popular no Twitter. *Empresa Brasil de Comunicação*, 30 de janeiro de 2014. Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/01/manifestacoes-de-junho-pesquisador-mapeia-mobilizacao-popular-no-twitter>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

LIMA, Venício. O que será feito do ódio e de sua linguagem? *Observatório da Imprensa*. São Paulo, n. 821, 21 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed821_o_que_serafeito_do_odio_e_de_sua_linguagem>. Acesso em: 27 dez. 2014.

MALINI, Fábio; GOUVEIA, Fábio et al. #VemPraRua: Narrativas da Revolta brasileira. In:

Anais do XII Congresso da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação. Lima: ALAIC, 2014. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/12/GI1-Malini-Gouveia-Ciarelli-Carrerira-Herkenhoff-Regattieri-Vinicius.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

MELLO, Carlos Alberto de. O vazamento chantagem. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, n. 821, 22 de ou-

tubro de 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/o_vazamento_chantagem>. Acesso em: 28 dez. 2014.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. A imprensa conivente com a censura. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, n. 821, 21 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/a_imprensa_conivente_com_a_censura>. Acesso em: 28 dez. 2014.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Nachgelassene Fragmente 1884-1885. In: *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe*. Herausgegeben von Giorgio Colli und Mazzino Montinari. Berlin, New York: de Gruyter, 1999 (Band 11).

_____. Nachgelassene Fragmente 1885-1887. In: *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe*. Herausgegeben von Giorgio Colli und Mazzino Montinari. Berlin, New York: de Gruyter, 1999 (Band 12).

_____. *A Gaia Ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. O Niilismo Europeu: Lenzer Heide. Trad. Oswaldo Giacoia Jr. *Clássicos da Filosofia*: Cadernos de Tradução. Campinas, n. 3, p. 55-61, 2005.

_____. *Crepúsculo dos ídolos, ou, como se filosofa com o martelo*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Introdução. In: *As ruas e a democracia*: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

SAFATLE, Vladimir. Intervenção militar. *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2014/12/1559538-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

SOARES, Luis Eustáquio. Cinismo, niilismo, utopia. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, n. 678, 24 de janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.observatorio-daimprensa.com.br/news/view/_ed678_cinismo_niilismo_e_utopia> Acesso em: 30 out. 2012.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. As vertentes do coronelismo eletrônico. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, n. 821, 21 de outubro de 2014. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed821-as-vertentes-do-coronelismo-eletronico>>.

Acesso em: 27 dez. 2014.

TURGUÊNIEV, Ivan. *Pais e Filhos*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

VOLPI, Franco. *O nihilismo*. Trad. Aldo Vannuchi. São Paulo: Loyola, 1999.

APÊNDICE

O “RED SCARE” NO BRASIL

David G. Borges

O ensaio das próximas páginas foi publicado em um conhecido *blog* local em 28 de julho de 2014, na seção de política. Portanto, cinquenta e cinco dias após a realização do primeiro seminário que foi o embrião deste livro. O texto é anterior às eleições de 2014 (que foram realizadas em 05 de outubro) e à morte do candidato presidencial Eduardo Campos (em 13 de agosto), cuja propaganda tentava imprimir a visão de que o país estava polarizado entre dois grandes projetos de poder ultrapassados (o do Partido dos Trabalhadores, PT, e o do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB) e que ambos poderiam ser suplantados por uma “terceira via”, representada pela chapa PSB-Rede (Partido Socialista Brasileiro e Rede Sustentabi-

lidade). Sua inclusão nesta coletânea se justifica por auxiliar a traçar o panorama das tensões e dos debates que antecederam as eleições, tanto na mídia quanto nos ambientes informais e cotidianos.

O ensaio é aqui apresentado no original, sem alterações de conteúdo. A escassez de referências e o uso de determinado estilo (incluindo algumas expressões idiomáticas bastante coloquiais) explicam-se pelo tipo de mídia à qual o texto inicialmente era destinado.

Analisando o escrito em retrospectiva, é dever do autor ressaltar um ponto: encontro-me absolutamente convencido de que o fenômeno aqui caracterizado, o “red scare”, foi a base simbólica para as prisões de cunho político-ideológico ocorridas durante as manifestações de 2013, para o imenso número de abstenções e votos nulos nas eleições de 2014 e para o surgimento das manifestações pró-impeachment do início de 2015.

Vocês já ouviram falar no “Red Scare”? Sabiam que é importante para nós, brasileiros, sabermos o que foi isso? Nos EUA, em dois momentos distintos da história (o primeiro entre 1919 e 1921 e o segundo entre 1947 e 1954) houve um pânico generalizado a respeito do que eles consideravam a “ameaça vermelha”, resultando em uma paranoia coletiva a respeito de qualquer coisa que se assemelhasse, ainda que muito remotamente, a socialismo, comunismo ou anarquismo. Chamaram a isso de “red scare”, que pode ser traduzido grosseiramente como “susto vermelho”.

A primeira onda de medo foi motivada pela revolução russa de 1917, além de agitações de grupos anarquistas na Europa como um todo. Isso se somou ao hiper-nacionalismo da Primeira Guerra Mundial, e em pouco tempo surgiram acusações inventadas, mídia delirante, retórica política exagerada (e baseada em paranóia), buscas e acusações ilegais, prisões arbitrárias, supressão da liberdade de expressão (e de reunião), inserção de agentes de governo em orga-

nizações populares (como sindicatos, por exemplo) e deportação de inúmeras pessoas que eram “suspeitas” por não se adequarem completamente ao modo de vida da época. Também houve uma onda de racismo contra imigrantes que tentavam entrar nos EUA, e alguns de seus reflexos são sentidos até hoje. Essa primeira onda terminou quando alguns políticos americanos declararam publicamente que previam uma manifestação maciça no dia 1º de Maio de 1920, com atentados à bomba, assassinatos e tudo o que eles mais temiam. No dia, nada ocorreu – e as alucinações do governo se tornaram motivo de chacota na imprensa.

A segunda onda de pânico foi causada devido à Guerra Fria. A adesão de diversos países ao socialismo e um vazamento de informações sigilosas do governo alimentaram a ideia de que existiam espões estrangeiros por toda parte. Os cidadãos passaram a temer e a odiar o partido comunista dos EUA. Todos os estrangeiros em território americano passaram a ser vistos como espões ou possíveis guerrilheiros infiltrados pela União Soviética. Novamente sucede-

ram-se abusos de poder por parte do estado, e algumas leis diminuindo liberdades civis foram aprovadas. Também ocorreu uma onda de anti-intelectualismo, com pessoas instruídas (como professores, por exemplo) sendo consideradas “elementos de doutrinação ideológica” ou “subversivos”, sendo vigiados de perto e, em muitos casos, acusados de crimes que nunca cometeram.

Agora analisem a sociedade brasileira atual. Façam autocrítica. Qualquer semelhança não é mera coincidência.

E de onde vem o medo dos brasileiros? Estou especulando, mas eu diria que começou pelo mesmo motivo: mudanças no cenário internacional. Nos últimos anos vimos alterações políticas em todos os países da América Latina, com a esquerda ganhando muita força e se opondo à hegemonia cultural e econômica norte-americana e europeia. Devido à crise de 2008, EUA e União Européia perderam boa dose de seu poder, e agora competem com a China e a Rússia pela dominância mundial – dois países com histórico de serem “vermelhos”. Também é

válido citar o movimento Occupy, com tênue tendência anarquista, e a “Primavera Árabe” – que recebeu este nome em alusão à “Primavera das Nações” de 1848. Aqui no Brasil houve o imenso ganho de poder do PT, um partido que no passado já foi de uma esquerda bem mais radical e que ainda conserva a estrela vermelha como símbolo.

Resultado: qualquer coisa que não esteja atrelada à manutenção do *status quo* é vista como “subversão”, e rotulam-se rapidamente as pessoas divergentes como “socialistas”, “comunistas”, “anarquistas”, “vândalos”, “baderneiros”, e assim sucessivamente. Jornalistas, colunistas, artistas, líderes religiosos, vlogueiros e diversas outras figuras midiáticas auxiliam a espalhar a paranoia, e muitos trabalham ativamente em prol de uma “americanização” da cultura brasileira. Partidos políticos se aproveitam do clima de tensão para atacar seus adversários e angariar votos. E uma guerra de desinformação se instaurou, potencializada pelo enorme talento que as redes sociais possuem em dar credibilidade a informações falsas.

Isso leva, obviamente, a um crescente maniqueísmo político. Quem não está “conosco” está “contra nós” – seja lá de que lado **você** esteja. A população em geral, ignorante em política e em história devido a uma péssima educação formal – e informal também – tende a acreditar que só existem dois extremos: “cozinha” e “petralha”, como se não existissem nuances no espectro político. Nuances essas que existem tanto no pensamento de direita, quanto no de esquerda.

É necessário largar o maniqueísmo político, analisar a conjuntura e, principalmente, **pensar** antes de se abrir a boca (ou usar o teclado) para dizer **qualquer coisa** sobre política. Acima de tudo, é necessário **instruir-se**. Como pode o governo do Partido dos Trabalhadores ser considerado “comunista” se defende a iniciativa privada e gerou grandes lucros não só aos bancos, mas também aos maiores latifundiários do país? Como pode o PSDB ser considerado totalmente liberal no campo econômico se foi durante o governo FHC que surgiram medidas de redistribuição de riqueza (tímidas, é verdade, mas exis-

tiram), se o partido carrega a social-democracia no nome, e se seu candidato defendeu a manutenção de programas como o “bolsa-família”? Como pode o terceiro candidato majoritário ser considerado uma “alternativa” se sempre esteve atrelado a oligopólios e carrega forte herança do coronelismo?

É preciso estudarmos *decentemente* – e não apenas empurrando com a barriga – um mínimo de história, filosofia política, ciência política, economia e direito, sob a pena de momentos sombrios do passado se repetirem. É no mínimo bizarro que o brasileiro esteja retomando agora comportamentos derivados de uma visão de mundo que se criou em outro país durante a Guerra Fria, motivada principalmente pela ignorância e pela paranóia dos cidadãos daquele país.

Recomendo a todos que antes de usarem em seus discursos cotidianos os termos “liberalismo” (ou “neoliberalismo”), “fascismo” (ou “ditadura”), “comunismo” e “socialismo”, entre outros, pensem se são capazes de dar uma definição **clara** do significado destes termos. Caso

não consigam, sejam mais cautelosos e procurem mais informação. O mau uso de rótulos leva ao aproveitamento ideológico deles, em uma sociedade em que **todos nós** somos produtores de mídia – seja de forma proposital ou acidental. As consequências podem ser nefastas.

